



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PROCESSO Nº: 23086.001447/2022-12

ASSUNTO: Envio de nova proposta de pós-graduação

OBSERVAÇÕES:

Teófilo Otoni, 11 de Fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Silvestre da Silva, Coordenação do Curso**, em 13/02/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0591129** e o código CRC **588AB390**.



Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000





Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional

OFÍCIO Nº 2/2022/PPGPSDR

Diamantina, 13 de fevereiro de 2022.

Thiago Fonseca Silva
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Cislaine da Silva Borges
Direção de Pós-Graduação

Wederson Marcos Alves
Direção da FACSAB

André Moulin Dardengo
Chefia do Departamento de Ciências Econômicas

Vanessa Juliana da Silva
Chefia do Departamento de Ciências Humanas e Sociais

Assunto: Encaminhamento de proposta de novo curso de pós-graduação

Prezado Pró-Reitor,

Prezada Diretora de Pós-Graduação,

Prezadxs Chefes de Departamento,

Cumprimento todxs e desejo que estejam bem e com saúde.

Venho através deste, encaminhar proposta de novo curso de pós-graduação, que segue anexo, em atendimento ao Ofício 81/2021/PRPPG.

Ressalto que esta proposta vem sendo discutida coletivamente por um grupo de docentes, lotados no Campus Mucuri desde 2018, não sendo possível encaminhá-la no calendário anterior da CAPES, e por isto, realizamos o encaminhamento neste momento. Vale destacar que é uma proposta que vai na direção de fortalecer a Pós-Graduação na UFVJM, e visa oferecer relevantes contribuições para a região nordeste de Minas Gerais, particularmente aos egressos da UFVJM dos cursos deste Campus da UFVJM e o público em geral que tem interesse em cursar uma pós-graduação.

Informo ainda, que todas as informações solicitadas no item 2 do referido ofício, encontram-se no documento anexo em que consta a proposta, e que os critérios para credenciamento, reconhecimento e descredenciamento dos docentes,

encontra-se na proposta de regimento interno do curso, que também segue anexo.

Visando cumprir exigência da PRPPG, solicito ao Diretor da FACSAE e Chefes dos Departamento de Ciências Econômicas e Departamento de Ciências Humanas e Sociais, que manifestem-se sobre a anuência em relação à referida proposta.

Atenciosamente,

Ricardo Silvestre da Silva
Pela Coordenação do PPGPSDR@Nome_do_Cargo@



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Silvestre da Silva**, **Coordenação do Curso**, em 13/02/2022, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0604827** e o código CRC **0865E056**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0604827

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

PROPOSTA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA FACSAE

NOME DO CURSO: POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PSDR

NÍVEL: MESTRADO ACADÊMICO

COMITÊ DA CAPES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: SERVIÇO SOCIAL

1) PROPOSTA / CURSO

Coordenadora: Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB)

Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Joana Valente Santana (UFPA)

Coordenadora de Programas Profissionais: Inez Terezinha Stampa (PUC/RIO)

Contato: 32.ssoc@capes.gov.br

Tem graduação na área ou em área afim: Sim, desde 1996

Nível do curso proposto: Mestrado Acadêmico / Nova proposta de curso

2) INSTITUIÇÕES DE ENSINO

UFVJM

3) PÓLOS EAD

NÃO SE APLICA

4) CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REGIONAL DA PROPOSTA:

O Campus do Mucuri da UFVJM foi criado em 2006, quando passou a existir a FACSAE – Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Exatas – na cidade de Teófilo Otoni /MG, congregando cinco cursos (Administração, Ciência Contábeis, Ciência Econômica, Matemática e Serviço Social), inaugurando um leque de possibilidades em relação à pesquisa, ensino e extensão na região.

Do período de criação do Campus do Mucuri até os dias atuais, vem ocorrendo um processo de consolidação institucional, tendo em vista que os cursos de graduação tiveram suas primeiras turmas de formandos em 2009, servindo este período para estruturação dos projetos de formação, construção de prédios e expansão da universidade. Além disso, ocorreu um processo de qualificação gradual do corpo docente e grande rotatividade, típico de instituições novas. É importante destacar ainda que, a partir de 2007, ocorreu uma expansão da universidade a partir da proposta do REUNI, que, ao mesmo tempo que produziu possibilidades diversas, trouxe grandes desafios institucionais a serem enfrentados, no sentido de garantir a manutenção de uma educação pública, gratuita e laica. Portanto, apenas passado este momento de consolidação institucional e dos cursos de graduação é que se tornou possível avançar na construção de uma pós-graduação *stricto sensu*, que pudesse abarcar minimamente áreas de conhecimento no interior da FACSAB.

A presente proposta no interior da FACSAB tem nos cursos de Ciências Econômicas e Serviço Social o protagonismo em relação a sua construção e direção pedagógica e política de programa proposto.

Sobre o processo de expansão de cursos de pós-graduação na UFVJM, ocorreu um aumento de 04 mestrados em 2009 para 20 em 2019, conforme Projeto Pedagógico Institucional (PPI), nas seguintes áreas: ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO, BIOTECNOLOGIA, CIÊNCIAS AGRÁRIAS, CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE, CIÊNCIA DOS ALIMENTOS, CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA, EDUCAÇÃO, MULTIDISCIPLINAR E ENGENHARIA, TECNOLOGIA E GESTÃO (INTERDISCIPLINAR). Portanto, neste quadro não existe até o momento uma proposta de mestrado acadêmico na UFVJM vinculada às ciências sociais aplicadas e que discuta questões apresentadas na presente proposta e contribua com a produção de conhecimento sobre a realidade regional, articulada com debates sobre políticas sociais, território, práticas profissionais, direitos sociais, em uma estreita relação entre Estado, sociedade civil, desenvolvimento econômico e movimentos sociais.

Deste modo, a presente proposta de pós-graduação busca fortalecer a produção de conhecimento neste Campus, possibilitando principalmente aos egressos e aos docentes um espaço de produção de conhecimento qualificado sobre as áreas de estudo propostas, atuando também na direção de consolidação da pós-graduação nesta unidade acadêmica no interior da UFVJM e contribuindo também com uma reflexão qualificada de problemáticas regionais. Ressaltamos que o Programa também terá a capacidade de produzir conhecimento sobre questões nacionais e de outras regiões geográficas, como deve ser a capacidade de qualquer programa *stricto sensu*, mas deve-se ressaltar a vocação da proposta em relação à capacidade de reflexão teórica sobre o contexto regional específico onde a universidade está inserida (Vale do Mucuri, Nordeste de Minas Gerais, Minas Gerais).

O presente programa intitulado “Política Social e Desenvolvimento Regional” busca ser inovador em seus conteúdos, articulando áreas de concentração e linhas de pesquisa, que proporcionarão reflexões em temas como formação e desenvolvimento econômico e social brasileiro e regional; estudos sobre a formação do capitalismo e seus particularismos históricos; teoria social e sua articulação à modernidade; questão social, política social e Estado; movimentos e classes sociais; além de um necessário debate sobre trabalho, organizações institucionais e práticas profissionais. Nesta direção, a proposta de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado Acadêmico buscará contribuir com o desenvolvimento da política de pós-graduação da UFVJM, oferecendo um conjunto de conteúdo de forma qualificada que permitirá uma série de debates ainda inexistentes no interior desta instituição na modalidade de estudos pós-graduados.

Ademais, o território onde está inserido o Campus do Mucuri, conhecido como Vale do Mucuri, abrange 23 municípios e, se considerado também o Vale do Jequitinhonha, este número aumenta para 66 cidades enquanto área de abrangência mais direta, e que poderão em alguma medida ter suas realidades particulares articuladas às linhas de pesquisa propostas. Além disto, esta região é historicamente marcada por indicadores de vulnerabilidade social e relativo baixo desenvolvimento humano, o que coloca grandes desafios para a produção de conhecimento sobre a realidade regional, articulada com o contexto nacional, de modo que se possa contribuir com o desenvolvimento deste território. Assim, os egressos dos cursos da FACSAB serão os principais potenciais estudantes (ainda que não exclusivamente) desta proposta de pós-graduação, possibilitando-lhes a continuidade de sua formação.

Apenas para que se possa ter clareza do território em que a UFVJM está localizada, apresentamos uma brevíssima problematização sobre o IDH regional, pois este representa um importante indicador de desenvolvimento social e econômico, levando em consideração a **educação, a longevidade e a renda**, e é utilizado mundialmente pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – como uma forma padronizada de qualificar o nível de bem-estar e qualidade de vida da população residente em uma determinada região.

Nesta direção, o IDH pode ser uma boa referência para avaliar a vulnerabilidade social de um município, de uma região ou de um país. Neste sentido, um IDH menor que 0,5 é considerado baixo, entre 0,5 e 0,8 médio e acima de 0,8 alto, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhores são as condições gerais para se viver. Nesta direção, o que se constata é que nenhum dos 66 municípios da Macrorregião do Jequitinhonha/Mucuri possui um IDH superior a 0,8, sendo os municípios que mais

se aproximam deste índice são Turmalina e Teófilo Otoni com 0,701, enquanto a média no Brasil é de 0,727, ficando a média regional em 0,611.

Deste modo, este quadro aponta uma relativa fragilidade regional das condições que devem ser avaliadas para a garantia de um desenvolvimento humano satisfatório, sendo possível encontrar em alguns municípios dados muito abaixo da média nacional. É evidente que uma universidade ou um curso de pós-graduação isoladamente não pode alterar uma realidade regional, pois este processo depende de ações estruturais governamentais articuladas e sistemáticas. Contudo, o entendimento acerca da realidade e a compreensão sobre suas problemáticas no âmbito de política social e desenvolvimento regional, com reflexões que se articulem às políticas sociais, representam uma contribuição que a presente proposta de pós-graduação tem condições de oferecer à região onde o Campus do Mucuri da UFVJM está inserido. Nesta direção, espera-se também que os pós-graduados deste programa sejam capazes de desenvolver a capacidade investigativa por meio da pesquisa acadêmica, além de aprofundarem a capacidade crítica interventiva das distintas profissões envolvidas neste processo formativo e inseridas nos diversos espaços sócio ocupacionais públicos e privados.

Cabe destacar ainda que existe uma grande demanda reprimida por formação pós-graduada dos egressos da graduação dos cursos da FACSAB, particularmente Ciências Econômicas e Serviço Social, pois as instituições que hoje oferecem este tipo de formação estão geograficamente distantes da cidade de Teófilo Otoni, o que torna ainda mais relevante a proposição de um curso desta natureza nesta localidade.

É importante também observar alguns breves dados de 2018 sobre o perfil dos estudantes em geral que ingressam nos cursos de graduação da UFVJM. Esses dados possibilitam dimensionar o impacto desta proposta, em especial, no processo de aprofundamento e qualificação de discentes que em sua maioria são mulheres, estudantes pardos, provenientes do ensino médio público e de baixa renda.

A UFVJM têm 84,6% dos seus alunos de graduação vindos de escolas públicas, ou seja, que cursaram ensino médio público, segundo recente pesquisa publicada sobre o Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). De acordo com esta pesquisa, a UFVJM conta com 8.949 alunos de graduação, sendo a maioria mulheres: 61,6% do sexo feminino, 38,4% do sexo masculino (7 alunos não declararam o sexo). Já em relação à cor dos alunos, o levantamento revelou que a maioria dos alunos da UFVJM, 56,3%, são pardos; 22,3% são brancos; 16,7% são pretos, sendo que desses 2,3% se declararam quilombolas; 2,9% são da cor amarela; e 0,4% são indígenas, sendo 0,2% indígenas

aldeados e 0,2% indígenas não aldeados. Em relação à cor, 1,5% dos alunos não responderam à questão.

Os dados revelaram ainda que 85,7% dos alunos da UFVJM têm renda mensal per capita de até 1,5 salário mínimo e apenas 2,4% (294 alunos) têm renda mensal per capita de mais de 3 salários mínimos. No total, 14,6% dos alunos (1.304) da UFVJM trabalham e 45,3 (4.051) estão à procura de trabalho. A pesquisa também apontou que 2.986 (33,4%) alunos da UFVJM foram beneficiados com a Política de Assistência Estudantil. E, ainda, que a maioria (53,7%) usa o transporte coletivo (ônibus, van e etc.) como meio para chegar até a universidade, outros 8,8% vão a pé; 4,4% de bicicleta; 16% pegam carona e apenas 11,6% usam transporte próprio (moto, carro e etc.).

Deste modo, a presente proposta de Pós-Graduação *Stricto Sensu* organizada em um Mestrado Acadêmico busca ser um espaço qualificado de produção de conhecimento em uma região de Minas Gerais que historicamente não recebeu a devida atenção do Estado em investimentos, de maneira que este auxiliasse o seu processo de desenvolvimento, reduzindo a desigualdade em relação a outras regiões do país. Essa realidade histórica produziu grandes problemáticas que apenas serão enfrentadas e superadas a partir de um esforço conjunto das diversas instituições capazes de atuar nesta direção, incluindo neste processo a Universidade pública, organizada a partir do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, incluindo a Pós-Graduação como parte importante desses pilares. Ademais ressalta-se a função da universidade pública enquanto produtora e socializadora de conhecimento, que deve possuir uma articulação direta com a realidade social e seus desafios. Por isto, esta proposta tem condições de iniciar sua trajetória e, paulatinamente, consolidar-se regionalmente como um importante Programa de Pós-Graduação.

HISTÓRICO DO CURSO:

A proposta desta pós-graduação é nova, sendo apresentada pela primeira vez. Ela não é desmembramento de outro curso ou está associada a outro curso existente. O debate para fomentar a sua construção foi realizado por um grupo de docentes lotados na FACSAB – particularmente os cursos de Ciências Econômicas e Serviço Social –, com o objetivo principal de construir uma proposta de pós-graduação *stricto sensu* que pudesse oferecer um espaço qualificado de formação neste nível e contribuir com a consolidação institucional, a partir de suas áreas de estudo e atividades articuladas com ensino, pesquisa e extensão.

Nesta direção, apesar de ser o Campus do Mucuri relativamente recente em relação a outras IFES mais consolidadas e, portanto, sofrer as dificuldades e problemáticas próprias de sua natureza, torna-se essencial no contexto atual o fortalecimento do pensamento crítico, que seja capaz de apontar

caminhos e estratégias para o enfrentamento do pensamento único que positivava a realidade e transforma a história em uma mera sucessão de fatos.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO:

A presente proposta contará com o corpo docente lotado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), particularmente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), além de docentes de duas outras unidades acadêmicas da UFVJM do Campus do Mucuri (Faculdade de Medicina do Mucuri e Instituto de Ciência, Tecnologia e Engenharia). Os docentes que integram a atual proposta participam de entidades e associações acadêmico-científicas nacionais e internacionais e grupos de estudos em outras instituições, bem como possuem relações com organizações governamentais regionais e movimentos sociais.

Dentre as entidades e associações nas quais os docentes participam podem ser mencionadas: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Sociedade Brasileira de Economia Política, Sociedade Brasileira de Sociologia, Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico. Grande parte dessas entidades e associações realizam eventos anuais ou bianuais, nos quais alguns docentes desse Programa de Mestrado participam.

Os docentes participam como coordenadores e/ou pesquisadores dos seguintes grupos ou núcleos de pesquisa, todos certificados pelo CNPq: *Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (UFVJM)*; *Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (UFF)*; *Grupo de Pesquisas Rizoma: Saúde Coletiva & Instituições (UFES)*; *Grupo de Estudos Marxista sobre a Realidade Brasileira e Regional (UFVJM)*; *Núcleo de Estudos em Literaturas, Artes e Saberes (UFVJM)*; *Grupo de Estudos do Pensamento Latino-Americano (UFVJM)*, *Grupo de Estudo Futuro Presente (UFVJM)*; *Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (UFVJM)*; *Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)*; *Grupo de Teatro Universitário Arte (com) Ciência; LEUS - Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais LEUS - Puc- Rio; Guará - grupo de pesquisas descoloniais em arte contemporânea (UDESC).*

Os grupos de pesquisa não se restringem ao ambiente da UFVJM, sendo alguns deles grupos nacionais, podendo-se notar que os professores possuem intercâmbios não só com professores locais, mas com membros de outras universidades públicas, como a UFES, UFF, Puc Rio e UDESC.

Observa-se ainda uma interdisciplinaridade nos grupos de estudos que reforçam a cooperação acadêmica.

A interação dos professores deste Programa com outras universidades também pode ser registrada a partir de publicações em conjunto com professores de universidades como UFES, UFRJ e Unicamp. Podem ser mencionados, artigo de Márcio Paschoino Lupatini (UFVJM), feito em parceria com Mauricio Sabadini (UFES), capítulo de livro de Márcio Paschoino Lupatini, integrando uma obra organizada por professores do Serviço Social da UFRJ (“Expropriação e direitos no capitalismo, organizado por Ivanete Boschetti). Este mesmo professor já participou como membro de avaliação de banca de tese de doutorado na UFES.

Outro professor, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, participou de duas bancas de dissertação de mestrado no Instituto de Economia da Unicamp. Possui publicação de capítulo de livro (Desafios da democracia na América Latina: a formação da cultura democrática pelas esquerdas brasileiras) juntamente com docentes da Unicamp e UFES. Já a docente Vanessa Follmann Jurgenfeld já esteve em bancas de mestrado na Unifesp e no Instituto de Economia da Unicamp. Menciona-se ainda o professor Ricardo Silvestre, que participou de banca de Dissertação de Mestrado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Em relação à extensão, parte dos docentes do Programa possui atuação em programas e projetos como: *Programas: CienCEArte – Ciência, Cultura, Educação e Arte: diálogos transdisciplinares entre universidade e sociedade; Território do Mucuri: estudos, assessoria e apoio às comunidades de agricultura familiar e povos tradicionais do Vale do Mucuri (MG); Projetos: IOENVOLVER E JUVENTUDE: empoderamento do Grupo Unijovens, Ousadia & Alegria de Santa Luzia, Crisólita/MG e de outros coletivos juvenis dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Arte (com)Ciência: o teatro como possibilidade de formação de público e de discussão/divulgação de conhecimentos científicos; Conhecendo a história do Mucuri; Grupo Cultural Tambores do Mucuri; Projeto Rádio Zói d’Água - Memória, Música e Poesia dos Vales, Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.* Ressalta-se que tais projetos são representativos de uma cooperação entre a universidade e a sociedade, especialmente dialogando com a comunidade onde está estabelecida, ou seja, o Vale do Mucuri. Observa-se ainda que os projetos de extensão tratam de temas relevantes para a área de Serviço Social como ciência, cultura, educação e gênero.

Em relação à conexão estabelecida com a comunidade local, destaca-se ainda que duas docentes, Vanessa Juliana da Silva e Valéria Cristina da Costa, são organizadoras do Festival de Teatro de Teófilo Otoni – FESTTO, evento anual, que conta até agora com dez edições, de 2012 a 2021, envolvendo apresentações de teatro em praça pública e em locais fechados selecionados, com

ingressos gratuitos e/ou a preços populares, sendo praticamente as únicas apresentações teatrais que a comunidade do Vale do Mucuri tem acesso.

Intercâmbios internacionais ainda não foram estabelecidos. Observa-se, contudo, que um dos professores do Programa, Fernando Leitão Rocha Jr., realizou pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Além disso, uma docente, Valéria Cristina da Costa, realizou período de doutorado-sanduíche na França, na Université Pierre et Marie Curie. O docente Ciro Andrade da Silva realizou estágio doutoral em Lisboa - Portugal no âmbito do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde foi bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) na modalidade doutorado sanduíche e Durante o pós doutorado em Serviço Social pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) realizou estágio pós doutoral na Escola de Geografia da Universidade de Leeds na Inglaterra. O docente Marcos Fábio Cardoso de Faria realizou seu Doutorado Sanduíche, pelo programa PDSE da CAPES, na Universitat Autònoma de Barcelona, onde passou a integrar o Grup de Recerca Estudis Socials i de Gènere de Poder i la Subjectivitat (GIPIS-Universitat Autònoma de Barcelona) onde permanece como pesquisador.

5) CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

I) Missão

O curso proposto, inserido na região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha em Minas Gerais, tem como principal missão contribuir, de forma integrada ao ensino, pesquisa e extensão, com a produção de conhecimento sobre a região em que está inserido, como também produzir conhecimento sobre aspectos da realidade de outras regiões, contribuindo deste modo, com a produção de conhecimento científico qualificado e crítico sobre a realidade, de forma que auxilie no debate e no desvelamento das contradições da dinâmica social e econômica e na construção de estratégias políticas para sua superação.

Além disso, o curso proposto busca oportunizar o acesso ao ensino público de qualidade, na forma de pós-graduação, a parcelas da população inseridas em uma região que fica distante de grandes centros formativos, e, por isto, nem sempre tem a oportunidade de acessar esta modalidade de formação com facilidade.

Também, deve-se destacar, há a pretensão de contribuir com o Planejamento Estratégico Institucional, bem como o fortalecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, particularmente no que se refere ao crescimento e desenvolvimento da política de pós-graduação da UFVJM, que, devido a sua localização estratégica, possui importância no sentido de contribuir com uma formação diversa e abrangente, apoiando assim, o crescimento desta instituição dentro do Estado de Minas Gerais.

II) Visão

Firmar-se como um curso de pós-graduação de referência na região Nordeste do Estado de Minas Gerais, sobretudo auxiliando no debate das políticas sociais e de desenvolvimento regional, contribuindo com a formação qualificada de mestres, bem como na produção de conhecimento sobre diferentes aspectos da realidade, fomentando a discussão crítica.

III) Valor Gerado

Conhecimento sólido no âmbito da pós-graduação que contribua com a construção de uma visão de mundo pautada em valores como: pluralidade, ética, liberdade, formação humanística, respeito à ciência, democracia, respeito à diversidade, compromisso com a universidade pública e sua importância no processo de produção do conhecimento, justiça social, equidade, defesa de políticas públicas diversas e universais, comprometimento social e importância de diálogos interdisciplinares, com as diversas áreas do conhecimento científico.

IV) Objetivos

- Produzir conhecimento qualificado sobre políticas sociais, desenvolvimento regional e realidade brasileira;
- Contribuir com o fortalecimento da política institucional de pós-graduação;
- Oportunizar o acesso à formação de mestres na área do conhecimento de política social e suas conexões com outras áreas do conhecimento;
- Contribuir com a continuidade da formação de egressos da UFVJM, ampliando o seu alcance enquanto instituição de ensino superior pública;
- Contribuir com o aprimoramento de potencialidades locais e regionais, bem como no desenvolvimento regional, sobretudo na área onde a universidade está inserida, em seus diversos aspectos;
- Propiciar a realização de pesquisas e a produção científica qualificada de temas relevantes regionais e nacionais;
- Atuar na formação de quadros docentes qualificados.

VI) Iniciativas e metas

O curso busca produzir conhecimento qualificado sobre questões relacionadas à constituição de políticas sociais, aspectos sobre o desenvolvimento regional da região do Vale do Mucuri e do Nordeste do Estado de Minas Gerais, mas também articulado com o debate geral sobre a formação social, histórica e política do Brasil, bem como os desdobramentos deste processo. Neste sentido, torna-se uma iniciativa importante para conectar a produção de conhecimento local com o debate mais geral.

Destacamos que há como metas a produção sistemática de dissertações qualificadas sobre os diversos aspectos da realidade regional e nacional das políticas sociais, além do desenvolvimento de pesquisas que possibilitem o aprofundamento do conhecimento sobre os temas pesquisados, além de ampliar cada vez mais a formação de egressos da UFVJM, mas não apenas desta instituição.

VII) Análise de ambientes (oportunidades e ameaças)

A UFVJM, enquanto instituição de ensino que vem se consolidando na região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha como uma referência em educação superior, conseguiu acumular ao longo de sua trajetória conhecimento institucional capaz de contribuir com a realização do curso proposto. Além disto, a proposta deste curso torna-se inovadora e extremamente relevante, considerando que a mesma encontra-se em uma região distante de grandes centros formativos, sendo que os conteúdos propostos não estão disponíveis, nas pós-graduações hoje existentes no interior da instituição, nem na região de abrangência institucional.

O grupo de docentes doutores envolvidos nesta proposta possuem experiência no desenvolvimento de cursos de graduação, e entendem como um desafio a pós-graduação, a qual muitos passarão a iniciar um contato mais próximo a partir desta proposta. A pós-graduação trará novas oportunidades de aprimoramento de pesquisas, como também estimulará o desenvolvimento de habilidades na gestão de um curso de pós-graduação, entre outros aspectos.

VIII) Análise de riscos

Esta proposta possui grande potencial para tornar-se uma referência na pós-graduação regional e estadual, inclusive com a possibilidade de estabelecer intercâmbios com outras instituições, que poderão ampliar a produção acadêmica, troca de conhecimentos e experiências. Entretanto, questões como a escassez de recursos institucionais e a ideologização do conhecimento científico, que atravessam a construção da pesquisa, ensino e extensão, além do prolongamento da pandemia de COVID-19, podem representar riscos que imporão desafios que deverão ser superados coletivamente.

IX) Política de autoavaliação

É fundamental para qualquer processo formativo, particularmente um curso de pós-graduação, que realize de forma sistemática uma autoavaliação de suas ações e procedimentos. Isto torna-se essencial para que seja possível identificar os problemas, lacunas, e que sejam identificadas as principais áreas para se realizar aprimoramentos, promovendo alterações em seus conteúdos, quando julgar pertinente. Além disso, a autoavaliação permite identificar e potencializar seus principais atributos enquanto curso.

O processo de autoavaliação do curso será realizado de forma sistemática e coletiva pelo corpo docente e discentes participantes do programa, compondo o planejamento das ações acadêmicas de forma regular anualmente.

6) ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO / LINHAS DE PESQUISA

1) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Econômico: Os princípios filosóficos, políticos e econômicos da formação da teoria social da modernidade. Exposição da gênese e da dinâmica da economia capitalista. O Estado moderno e seu desenvolvimento desde o final do Século XIX. Economia, Estado, classes sociais, cultura e ideologia. Modernidade e pós-modernidade. Liberalismo clássico e o liberalismo contemporâneo. Desenvolvimento Econômico. Subdesenvolvimento. Formação econômica e social brasileira. O processo histórico social de expansão capitalista no povoamento no território regional. A questão agrária e urbana no desenvolvimento capitalista brasileiro.

LINHAS DE PESQUISA:

a) Teoria social, modernidade e dinâmica da economia capitalista

Com esta linha de pesquisa procura-se expor as leis gerais do modo capitalista de produção, uma vez que o desenvolvimento econômico e as políticas sociais se inserem (com suas potencialidades e seus limites) na dinâmica da economia capitalista. Além de apresentar aos pós-graduandos estas leis gerais, também com esta linha pretende-se oferecer uma formação humanística e crítica, fundamentais no

enfrentamento da questão social, com suas expressões particulares na contemporaneidade. De modo que se contempla nesta linha uma exposição sobre os fundamentos da modernidade e da “ordem burguesa”, especialmente com apresentação dos pilares estruturantes da teoria social, possível com a completude desta “ordem”, cuja apreensão desta sociedade agora se impõe a partir de sua totalidade. Vale mencionar que há os seguintes Grupos de Estudos vinculados à esta linha: Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP), com atuação desde 2009, cujos eixos norteadores são a crítica da economia política, com as investigações sobre questões contemporâneas relacionadas à “financeirização”, ao imperialismo e ao “mundo do trabalho”.

DOCENTES INTEGRANTES DESTA LINHA DE PESQUISA:

**FRAN ALAVINA, MÁRCIO LUPATINI, DIOGO EVANGELISTA,
FERNANDO LEITÃO, ANDRÉ MOULIN DARDENGO, MÔNICA PAULINO
DE LANES.**

b) Desenvolvimento Econômico e formação econômica e social brasileira

Esta linha de pesquisa expressa a preocupação com a particularidade do capitalismo sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, desde sua formação social e econômica até os nossos dias. O entendimento das especificidades da realidade social e econômica brasileira é imprescindível para uma formação sólida de pós-graduandos nas Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que lhes fornece o conhecimento teórico e histórico necessários para as discussões sobre os limites e as possibilidades do desenvolvimento econômico brasileiro. Essa linha de pesquisa possui um Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro – GEDEB –, em atuação desde 2017, com reuniões quinzenais na UFVJM, que tem como proposta o estudo de autores clássicos da economia brasileira e do desenvolvimento econômico, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado. Esse tipo de abordagem possibilita uma variedade de interpretações sobre o Brasil e abre um leque de temas de pesquisas históricas e contemporâneas para a produção de conhecimento por parte dos pós-graduandos e do corpo docente. Essa linha de pesquisa, ao estar em íntima articulação com obras de autores clássicos, permite que o conhecimento avance sobre um real diagnóstico dos problemas do país e na busca de soluções.

DOCENTES INTEGRANTES DESTA LINHA DE PESQUISA:

**VANESSA JURGENFELD, CARLOS HENRIQUE, RICARDO SILVESTRE,
VALÉRIA CRISTINA DA COSTA, DIOGO EVANGELISTA, JOSÉ CARLOS
FREIRE.**

2) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Política Social, Questão Social, Trabalho e Práticas Profissionais: Os fundamentos históricos da política social enquanto mediação entre Estado e sociedade civil, bem como o trabalho enquanto categoria ontológica; organização do trabalho coletivo e intervenção profissional no interior de instituições públicas e privadas. Tecnologia e relações de trabalho. A formação do Estado moderno e a teoria política do jusnaturalismo e liberalismo. A formação histórico-social da contradição entre Estado moderno e sociedade civil. A particularidade histórica entre Estado, democracia e política social na América Latina. O processo de gestão, funcionalidade e controle social de políticas sociais setoriais no Brasil. Estudo sobre o desenvolvimento regional, a formação econômica, política, cultural, regional e do nordeste de Minas Gerais. As políticas de ações afirmativas, identidade e direitos humanos. As contribuições das práticas profissionais vinculadas às políticas de ações afirmativas dos direitos humanos no Brasil.

LINHAS DE PESQUISA:

a) Fundamentos da política social, direitos sociais, lutas sociais e classes sociais: Estudo sobre a constituição histórica das políticas sociais e sua relação com a ordem do capital, sua gênese, desenvolvimento e consolidação; o *Welfare State* e suas determinações históricas a partir de distintas abordagens teóricas e relação com a luta de classe e sociedade civil; o trato teórico sobre as políticas sociais no Brasil a partir da Constituição de 1988 e desafios postos no contexto de contrarreforma do Estado. A constituição dos direitos sociais, lutas e movimentos sociais e as classes sociais. Estudo das políticas de ações afirmativas do Estado brasileiro relacionadas aos aspectos de identidade, raça, etnia e gênero no Brasil. O desenvolvimento regional e as particularidades de Minas Gerais.

DOCENTES INTEGRANTES DESTA LINHA DE PESQUISA:

**RICARDO SILVESTRE, DIOGO EVANGELISTA, ANDRÉA KELMER,
VANESSA JURGENFELD, MÁRCIO ACHTSCHIN, JOÃO VICTOR LEITE,**

**RAQUEL CRISTINA, VANESSA JULIANA, CIRO ANDRADE DA SILVA,
MARCOS FÁBIO CARDOSO DE FARIA**

b) Trabalho, organização institucional e práticas profissionais: O estudo sobre os fundamentos ontológicos do trabalho enquanto constituição do ser social no desenvolvimento de práticas profissionais e os espaços institucionais; transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre a relação entre Estado e sociedade civil; relação entre teoria e prática nas ciências sociais e as particularidades de intervenções profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

DOCENTES INTEGRANTES DESTA LINHA:

**VANESSA JULIANA, JOÃO VICTOR LEITE, VALÉRIA CRISTINA DA
COSTA, MÁRCIO LUPATINI, FERNANDO LEITÃO, ANDRÉ MOULIN
DARDENGO, MARCOS FÁBIO CARDOSO DE FARIA**

7) CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

NOME: POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PERIODICIDADE DE SELEÇÃO: ANUAL

OBJETIVO DO CURSO/PERFIL DO EGRESSO A SER FORMADO:

O objetivo deste Programa de Mestrado em Política Social e Desenvolvimento Regional é fornecer uma formação humanística e crítica, a qual permite à/ao pós-graduada/o o domínio de conteúdos sobre a dinâmica capitalista, mas, sobretudo, sobre como esta se processa na particularidade brasileira e regional, além de seus rebatimentos na política social. Essa compreensão possibilita que o egresso conceba o desenvolvimento econômico e as políticas sociais não como algo linear e imutável, mas que necessitam de atores que intervenham na realidade de modo criativo e propositivo. Desse modo, a/o pós-graduada/o será capaz de investigar e analisar criticamente a realidade, compreender as expressões da questão social e atuar para a transformação da sociedade em que vive.

Essa formação crítica e humanística se justifica, sobretudo, em uma região em que os problemas do subdesenvolvimento se manifestam com maior intensidade. Dentre as características da região onde ocorrerá este Mestrado destacam-se:

1) O Campus do Mucuri da UFVJM, o qual abrigará o Programa de Mestrado, está localizado no Município de Teófilo Otoni-MG, cidade polo do Vale do Mucuri. Este está localizado no Nordeste de Minas Gerais, onde se situam vinte e três municípios. A renda *per capita* de Teófilo Otoni representa atualmente aproximadamente 2/3 da renda *per capita* nacional e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Teófilo Otoni foi de 0,701, em 2010, situando-se abaixo tanto do indicador registrado em Minas Gerais como o do observado no Brasil. Ressalta-se que na própria região do Vale do Mucuri alguns municípios apresentaram indicadores ainda piores, como, por exemplo, Ladainha e Catuji, com IDH, respectivamente, de 0,541 e 0,540, em 2010;

2) Crescente dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para quem não tem formação acadêmica, pois, como sabemos, o quadro mais agudo do desemprego manifesta-se entre trabalhadores/as com menor escolaridade/qualificação. A crise econômica em que se encontra o país só agrava esta situação;

3) O Programa de Mestrado em Política Social e Desenvolvimento Regional atenderá principalmente a demanda de graduados em Serviço Social e Ciências Econômicas da UFVJM, mas também de outras Universidades com cursos nessas áreas, além de poder receber diversos outros profissionais das Ciências Humanas e Sociais (Direito, Pedagogia, Letras, História, Geografia). Também poderá atender perfis oriundos de diferentes espaços sócio-ocupacionais, como os inseridos nos movimentos sociais, na agricultura familiar, na esfera privada, nos serviços públicos (rede municipal e estadual), na educação básica etc.

Ressalta-se que esse programa preenche uma lacuna, uma vez que não há mestrados com essas características na Região.

À medida que se consolide este Programa de Mestrado há expectativa de que, além de atender as demandas regionais, cada vez mais candidatos de outros Estados e regiões se interessem pelo curso, o que ampliará o intercâmbio científico-cultural.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO CURSO

O processo seletivo do Mestrado em Política Social e Desenvolvimento Regional da UFVJM contará com proficiência em língua estrangeira, análise do currículo do candidato, entrevista, prova escrita e a submissão de um projeto de pesquisa. As duas primeiras exigências serão classificatórias, enquanto a entrevista, a prova escrita e o projeto de pesquisa receberão notas. Estarão aptos ao programa os (as) candidatos (as) que obtiverem o mínimo de nota 60.

O curso ofertará inicialmente 12 vagas anuais e estará composto por quatro semestres constituídos por: três disciplinas obrigatórias, um seminário de pesquisa, além de três disciplinas eletivas. Das disciplinas obrigatórias, duas estão previstas para o primeiro semestre do curso (**“Relações Sociais e**

Desenvolvimento Capitalista” e “Estado, Classes Sociais e Política Social”) e uma terceira está prevista para o segundo semestre (**“Desenvolvimento Econômico e Formação Econômica do Brasil e Docência no Ensino Superior”**). O seminário de pesquisa também fará parte do segundo semestre. As três disciplinas eletivas estarão divididas por linhas de pesquisa, havendo a previsão de uma delas ser realizada no primeiro semestre e as outras duas no segundo semestre do curso. Além disto, o curso exige que o mestrando realize "atividades programadas", no terceiro e quarto semestres, que poderão ser: estágio docente, participação em grupos de pesquisa e/ou de estudos e estudos individuais, sob orientação de um docente do programa.

Desde o primeiro semestre o mestrando terá contato com um professor orientador. Esta atividade, organizada sob a denominação **“Orientação de Dissertação”**, terá continuidade em todos os semestres subsequentes. O mestrando deverá realizar o Exame de Qualificação a partir do 12º mês até o 20º mês da realização da matrícula no programa. A defesa de dissertação deverá ser realizada em 24 meses a partir do ingresso, podendo ser solicitada à Coordenação do Programa uma prorrogação de prazo de 06 meses.

Essa estrutura, que concentra as disciplinas obrigatórias no primeiro ano, com carga horária adequada, tem duplo objetivo: assegurar que o mestrando tenha tempo hábil para o desenvolvimento de uma pesquisa com qualidade e, ao mesmo tempo, que seja exequível integralizar os créditos e defender sua dissertação em 24 meses.

As disciplinas obrigatórias foram pensadas como o eixo estruturante do programa, capazes de oferecer tanto uma formação para compreender a dinâmica capitalista, em suas leis gerais, e o subdesenvolvimento brasileiro, quanto a política social.

CRÉDITOS DISCIPLINAS: 24

CRÉDITOS TESE/DISSERTAÇÃO: 16

OUTROS CRÉDITOS: 04

VAGAS POR SELEÇÃO: 12 VAGAS

EQUIVALÊNCIA HORAS AULA/ CRÉDITO: 15

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

1) CAPITALISMO, ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2) POLÍTICA SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

8) DISCIPLINAS

1) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

CAPITALISMO, ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

NOME DA DISCIPLINA: RELAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

DOCENTE RESPONSÁVEL: MÁRCIO PASCHOINO LUPATINI

EMENTA: Método da Economia Política. Mercadoria, Valor, Dinheiro e Capital. Produção e reprodução do capital. Lei geral da acumulação capitalista, questão social e a luta de classe. Processo global da produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOSIK, K. Dialética do concreto. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MARX, K. A ideologia alemã: Feuerbach. 8ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, K. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Segundo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.
- MARX, K. Para a crítica da economia política; Salário, preço e Lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- RIBEIRO, N. R. O Capital em movimento: ciclos, rotação, reprodução. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de *O Capital* de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 2001.
- RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

NOME DA DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

DOCENTES RESPONSÁVEIS: VANESSA FOLLMANN JURGENFELD E CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES

EMENTA: Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Formação econômica do Brasil. Estado e industrialização. Contrarrevolução e as políticas econômicas e sociais do período autoritário. Neoliberalismo no Brasil. Expressões contemporâneas da questão social e da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, M. P. (Org.). A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- AURELIANO, L. No limiar da industrialização. 2.ed. Campinas-SP: Unicamp-IE, 1999.
- BARAN, P. A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Cadernos da Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. G. Depois da Queda. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- CAMPOS, F. A. A Arte da Conquista: O Capital Internacional no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro (1951-1992). Tese de Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP, 2009.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, W. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. In: Economia e Sociedade, Campinas, v.21, Número especial, dez. 2012: 831-852.
- DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONSECA, P. D; BASTOS, P.P.Z. (Orgs.). A Era Vargas. São Paulo: Unesp, 2012.
- FURTADO, C. (1959) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Contraponto: Rio de Janeiro, 2009.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- FURTADO, C. Raízes do Subdesenvolvimento. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.
- GOMES, A.M.C. (Org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.
- IANNI, O. A era do globalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.
- _____.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.
- OLIVEIRA, C. A. B. Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo/Campinas: Unesp/Unicamp; 2003.
- OLIVEIRA, F. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- PANDOLFI, D. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAMPAIO JR., P. A. Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.
- SICSÚ, J. (Org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.
- SOCHACZEWSKI, A. C. Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política. Vol. 5, n.o 2, abril-junho/1985.
- _____.; ASSIS, J. C. O Grande Salto Para o Caos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TOLEDO, C. N. (Org.) 1964: Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LINHAS DE PESQUISA:

A) TEORIA SOCIAL, MODERNIDADE E DINÂMICA DA ECONOMIA CAPITALISTA

DISCIPLINAS ELETIVAS

NOME DA DISCIPLINA: NEOLIBERALISMO NO BRASIL

DOCENTE RESPONSÁVEL: CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES

EMENTA: Neoliberalismo. Consenso de Washington. Plano Real. Privatizações. Políticas econômicas e sociais no Brasil do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- BATISTA JR., P. N. e RANGEL, A. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. Caderno Dívida Externa. n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Cadernos da Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.
- CARCANHOLO, M. D. A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo no fim do século. Economia e Sociedade. Volume 5, 1995.
- GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2003
- MAGALHÃES, J. P. A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2010.
- MERCADANTE, A. (Org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate, 1997.
- NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- RODRIGUES, C. H. L. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998). Tese (doutorado). Unicamp. Campinas, 2017.
- PAULA, J. A. (Org.) A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.
- PAULANI, L. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAMPAIO JR., P. A. S. Globalização e Reversão Neocolonial. Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia. Buenos Aires: Clacso, 2007.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: INTÉRPRETES DO BRASIL

DOCENTES RESPONSÁVEIS: CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES E VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

EMENTA: Limites e possibilidades do desenvolvimento no Brasil: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. Poder e contrapoder na América Latina. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FURTADO, C. (1959) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984.

_____. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRADO JR., C. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAMPAIO JR., P. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS

DOCENTE RESPONSÁVEL: MÁRCIO PASCHOINO LUPATINI

EMENTA: Processo de produção capitalista. Processo de produção especificamente capitalista: maquinaria e grande indústria. Métodos particulares de produção no Século XX: taylorismo, fordismo e ohnoismo/toyotismo. Processo de produção na contemporaneidade: novas tecnologias, microeletrônica e relações sociais. Trabalho coletivo. Trabalho intelectual. Serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SCHAFF, A. A sociedade informática. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SCHWAB, K. A quarta revolução industrial. Editora Edipro, 2016.
- TEIXEIRA, F. Marx, ontem e hoje. *In*: TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. Ed. Versão Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- BELL, D. O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRYNJOLFSSON, E; MCAFEE, A. The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies. New York; London: W. W. Norton & Company, 2014.
- CORIAT, B. A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- CORIAT, B. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ / Revan, 1994
- DAL ROSSO, S. Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DINA, A. A fábrica automática e a organização do trabalho. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. *In*:_____. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HARDT, M.; NEGRI, A. Império. 3. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- KEMP, T. A revolução industrial na Europa do século XIX. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1985.
- KON. A. Nova Economia Política dos Serviços. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KURZ, R. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial: formas de via e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LINHART, R. Lenin, os camponeses, Taylor. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- LIPIETZ, A. Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOJKINE, J. A revolução informacional. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, K. Capítulo VI, Inédito de *O Capital*: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia

- política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K., ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MORAES NETO, B. R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MORAES NETO, B. R. Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoismo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.
- OHNO, T. O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.
- PRADO, E. Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.
- RIFKIN, J. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo mundo. São Paulo: M. Books, 2004.
- WOMACK, J. P., JONES, D. T. e ROSS, D. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

NOME DA DISCIPLINA: FINANCERIZAÇÃO E CRISES

DOCENTE RESPONSÁVEL: MÁRCIO PASCHOINO LUPATINI

EMENTA: Acumulação e valorização do capital no pós-guerra. A crise do capital dos anos 1960/70. Financeirização. A crise capitalista atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROSO, A. S.; SOUZA, R. A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013.
- BELLUZZO, L. G. de M. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013
- CALLINICOS. A. *Bonfire of illusions: the twin crises of the liberal world*. Polity Press, 2011.
- CARCANHOLO, M. D. Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação marxista. Dissertação (Mestrado), 190p. Niterói, 1996. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- CARCANHOLO, M. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista*, n.29, p.49-55, 2009.
- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *In: GOMES, H. (Orgs.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

- CARCANHOLO, R; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *In: GOMES, H. (Orgs.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. *In: GOMES, H. (Orgs.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- DIERCKXSENS, W. *et al.* Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, p. 7-40, jun./2009.
- GONTIJO, C., OLIVEIRA, F. A. de. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil.* Belo Horizonte, 2009.
- GRESPLAN, J. O negativo do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARMAN, C. *Zombie capitalism: global crisis and the relevance of Marx.* Chicago, 2010.
- JAPPE, A. Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
- KURZ, R. O Colapso da modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LAPAVITSAS, C. *El Capitalismo financiarizado: expansión y crisis.* Madrid: Maia Ediciones, 2009.
- MANDEL, E. “El Capital”: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL, 1980.
- MENDONÇA, A. A Crise econômica e sua forma contemporânea. Lisboa: Caminho, 1990.
- NAKATANI, P.; GOMES, H. A natureza e as contradições da crise capitalista. *In: GOMES, H. (Orgs.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- PALLEY, T. *Financialization: What it is and Why it Matters.* Political Economy Research Institute. University of Massachusetts Amherst. Workingpaper Series, Number 153, november 2007.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. A Crise Atual: uma perspectiva socialista. *Revista Outubro*, n. 18, p. 43-79, 1ºSem./2009.
- RIBEIRO, N; MENDONÇA, A. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.
- SALVADOR, E. et al. (Orgs.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAMPAIO Jr., P. S. A. (org.) Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica. São Paulo: Sundermann, 2009.
- STOCKHAMMER, E. *Financialization and the Global Economy.* WORKINGPAPER SERIES, n. 240, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: CAPITALISMO DEPENDENTE E POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

DOCENTE RESPONSÁVEL: ANDRÉ MOULIN DARDENGO E FÁBIO FRAGA DOS SANTOS

EMENTA: Formação do capitalismo na América Latina sobre bases coloniais: a formação das classes dominantes e a dinâmica das estruturas econômicas e políticas internas. Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina. Dependência e superexploração da força de trabalho na América Latina. O neoliberalismo na América Latina: pobreza, o conceito de vulnerabilidade social e as políticas sociais neoliberais. Processos emancipatórios na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2013.
- _____. A teoria marxista da transição e a prática socialista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- BOLIVAR, S. Doctrina del Libertador. CARACAS: FBA, 2009.
- BORON, A. A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.
- _____. Socialismo del siglo XXI ¿Hay vida después del neoliberalismo? Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2014.
- CANO W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CARCANHOLO, M. D. Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- COUTO, B. R.; GARCIA, M. L. T.; SOTO, O. P.; MARQUES, R. M. Análise dos sistemas de proteção social na América Latina: Brasil, Chile e Cuba. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2018.
- CUEVA, A. El desarrollo del capitalismo en América Latina. México: Siglo XXI editores, 17ª edição, 1977.
- FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FLAMARION, C.C.; BRIGNOLI, H.P. História econômica da América Latina. RJ: Graal, 1988.
- FRANK, André Gunder. Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina. México D.F.: Siglo XXI, 1967.
- _____. El Subdesarrollo del Desarrollo: un ensaio autobiográfico. Venezuela: Nueva Sociedad, 1991.
- FURTADO, C. Formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- LINERA, Álvaro García. La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras e populares en Bolívia. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

- LOWY, M. Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.
- MACILLA, A. S. El pensamiento económico de Hugo Chávez. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2016.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. 1ª ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular/ Clacso, 2008.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- MENDONÇA, P. J.; NAKATANI, P. Algumas tendências do liberalismo da América Latina. Estudos latinoamericanos, Nueva Época, Mexico, ano VII, n.16, julio-diciembre 2001, p. 89-105.
- PEREIRA, Potyara A.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p. 106-130.
- PREBISCH, R. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1968.
- PRIETO, Alberto. Processos revolucionários em América Latina. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: vozes, 1988.
- _____. Las clases dominantes. In: _____. El dilema de América Latina. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes. Ed, Siglo XXI, México, 1978.
- SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo y Dependencia. Caracas: FBA, 2011.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo. Ciudad Del Mexico: Siglo XXI, 1970.
- TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VALDÉS, E. El Pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad. 2 Tomos. Santiago: Biblos, 2000.
- VALDÉS PAZ, Juan; ESPINA, Mayra. América Latina y el Caribe: la política social en el nuevo contexto; enfoques y experiencias. Montevideo: UNESCO/FLACSO, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:
MODERNIDADE X PÓS-MODERNIDADE

DOCENTE RESPONSÁVEL: Fernando Leitão Rocha Jr. e Ricardo Silvestre da Silva

EMENTA: Iluminismo/Ilustração, Revolução Burguesa, Liberalismo, Racionalidade e Modernidade. Capitalismo, Teoria da Vida Cotidiana, pseudoconcreticidade, Crítica Pós-Moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da Modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- CALLINICOS, Alex. Contra el pós-modernismo. Buenos Aires: R y R, 2011..

- COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a Miséria da Razão. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- EVANGELISTA, João Emanuel. Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-moderno. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1997.
- EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria Social Pós-moderna. Porto Alegre, Sulina, 2007.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona, Península, 1977.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo. Editora Ática: 1997.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2 ed. 6ª reimpressão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo, Ática, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- LUKÁCS, Gyorgy. El Asalto a la razón. México: Grijalbo, 1959.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MERQUIOR, José Guilherme. O Liberalismo: Antigo e Moderno. 3 ed. Realizações Ltda, 2014.
- NETTO, José Paulo & BRANT CARVALHO, M.C. COTIDIANO: Conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- NETTO, José Paulo. “O Marx de Sousa Santos: uma nota polêmica”. In: Revista Praia Vermelha: Estudos de Política Social, ESS/UFRJ, v.01; n.01 1997.
- NETTO, José Paulo. *POSFÁCIO* (p.233-286); In: COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a Miséria da Razão. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- ROUANET, Paulo Sérgio. As razões do Iluminismo, São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- ROUANET, Paulo Sérgio. Mal-estar na Modernidade. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- WOOD, Ellen Meiksins. O que é agenda pós-moderna. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER; John Bellamy. Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: AMÉRICA LATINA E SOCIEDADE

DOCENTE RESPONSÁVEL: MÔNICA PAULINO DE LANES

EMENTA: Aspectos socioculturais e desenvolvimento do capitalismo na América Latina: a formação das classes sociais e a dinâmica das estruturas econômicas e políticas internas. A dinâmica do subdesenvolvimento, a teoria da dependência e a teoria marxista da dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAMBIRRA, Vania. El capitalismo dependiente latino-americano. México: Sigilo XXI, 1974.

- _____. (1978). Teoría de la dependencia: una anticrítica. México: Serie popular Era, 2ª. edición, 1983.
- BONETTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Marx e o Marxismo. v.2, n.3, ago/dez 2014.
- BORON, Atílio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1994.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. Cuba: o socialismo de mercado ou planificação socialista? In: VI Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, 12 a 15 de julho, 2001.
- CARCANHOLO, Marcelo. Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx. Madrid. Maia Ediciones, 2017.
- _____. Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. In: ____ Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, v 01, nº 03. Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. Dez. 2011.
- _____. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Padrão de Reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs) São Paulo, Boitempo, 2012, p. 87-102.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- CEPAL (1996). Transformación productiva con equidad. México: Publicación de las Naciones Unidas.
- CUEVA, A. (1999). El desarrollo del capitalismo en América Latina. México: Siglo XXI editores, 17ª edição, 1977.
- DOS SANTOS, Theotonio. Imperialismo y Dependencia. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina; Banco Central de Venezuela, 2012.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FRANK, André G. El Subdesarrollo del Desarrollo: um ensaio autobiográfico. Venezuela: Nueva Sociedad, 1991.
- FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. La sociología de la explotación. Ed Siglo XXI, México, 1996.
- GUEVARA, Che. La planificación socialista: su significado. Cuba Socialista, año IV, n. 34, pp. 13-24, junho, 1964.
- LÊNIN, Vladimir I. El programa agrário de la social-democracia”. In: Obras completas t. XIII. Buenos Aires: Cartago, 1960.
- _____. O Imperialismo: fase superior do capital. Leila Prado (Trad.). São Paulo, Centauro Editora, 2008.
- LUKACS, Georg. _____. O particular à luz do materialismo dialético. In: _____. Introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 67-112.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. 1ª ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular/ Clacso, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 5.ed. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: Padrão de Reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs) São Paulo, Boitempo, 2012, p. 21-35.

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011a, p. 131-172.

_____. Sobre a Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011b, p. 173-185.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. PINA, Álvaro (Trad.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista. ENGELS, Friedrich (Edição). ENDERLE, Rubens (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. O Capital: Crítica da economia política: livro I. Vol.1. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. O Capital: Crítica da economia política: livro I. Vol.2. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Capítulo VI (Inédito): resultados do processo imediato de produção. FILHO, Eduardo Sucupira (Trad.). São Paulo: Editoria Ciências Humanas, 1978.

_____. Teorias da Mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico (Livro de O capital). SANT'ANA, Reginaldo (Trad.). Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

MARTINS, C. E. & VALENCIA, A. Z. (org.). A América Latina e os desafios da globalização. Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini. SP: Boitempo, 2009.

MENDONÇA, P. J; NAKATANI, P. Algumas tendências do liberalismo da América Latina. Estudios latinoamericanos, Nueva Época, Mexico, ano VII, nº 16, julio-diciembre 2001, p. 89- 105.

OSORIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. In:___ Caderno CHR, Dossiê: A teoria Marxista da Dependência e os desafios do século XXI. Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, Set./Dez. 2018.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: Padrão de Reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs) São Paulo, Boitempo, 2012, p. 37-86.

PEREZ SOTO , O. Internacionalización del Capital: Respuesta Socialista, Editorial Félix Varela , 2009.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Las clases dominantes. In: _____. El dilema de América Latina. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes. Ed, Siglo XXI, México, 1978.

SALAMA, P. Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº6. Rio de Janeiro, junho, 2000, p. 05-47.

B) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA

DISCIPLINAS ELETIVAS

NOME DA DISCIPLINA: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO

DOCENTE RESPONSÁVEL: VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

EMENTA: Teorias do Desenvolvimento no Pós-Guerra. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. O Pensamento Cepalino. Teorias da Dependência. Teorias do Desenvolvimento recentes: Social-Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, Vols.1 e 2, 2000.

_____. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BARAN, P. (1957) A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. Revista de Economia Política, vol. 39, nº 2 (155), pp. 211-235, abril-junho/2019.

CARDOSO, F. H. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes/co-edição Cebrap, 1980.

_____; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. In: FPA discute desenvolvimento. Fundação Perseu Abramo, Julho de 2013.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento. São Paulo: C.A. A Filosofia de São Bento, 1967.

FURTADO, C. A análise marginalista e a teoria do subdesenvolvimento (Ensaio em homenagem a Eugenio Gudín). Rio de Janeiro: Agir Editora, 1957.

_____. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. (1961). Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. In: ELLIS, H. (Orgs.). Desenvolvimento Econômico para a América Latina: Brasil/Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

- HIRSCHMAN, A. Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN, A. (Org.) Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Livradora, 1967.
- LENIN, V. O Imperialismo, fase Superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.
- LEWIS, W. A. (1954) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- LIST, F. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MANOILESCO, M. Theoria do proteccionismo e da permuta internacional. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. S. (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis e Buenos Aires: Vozes e CLACSO, 2000.
- NURKSE, R. Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PINTO, A. (1970) Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 2.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 1.
- RIST, G. The history of development: from Western origins to global faith. London: Zed Books, 2008.
- RODRÍGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1981.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943) Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- ROSTOW, W. (1959) Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista). Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1974.
- SUNKEL, O. O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento. São Paulo: Difel/Forum, 1975.
- TROTSKY, L. História da Revolução Russa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Vol. 1.

NOME DA DISCIPLINA: LITERATURA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

DOCENTE RESPONSÁVEL: DIOGO PRADO EVANGELISTA E FRAN ALAVINA

EMENTA: Estudo de obras literárias brasileiras do final do século XIX até os anos 1950 mediante o referencial da crítica dialética de Antonio Candido e Roberto Schwarz. Articulação entre forma estética e a realidade social. Formação da sociedade de classes em Machado de Assis. Antagonismos na ficção e na realidade social: litoral e sertão (Euclides da Cunha), Estado e nação (Lima Barreto), sertão e cidade (Graciliano Ramos), modernização e conservação (Rachel de Queiroz e José Lins do

Rego), ordem e revolução (Jorge Amado). Projeto nacional de síntese dos antagonismos na obra de Guimarães Rosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, Jorge. Capitães da Areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Subterrâneos da liberdade – Vol. 1. Os ásperos tempos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Subterrâneos da liberdade – Vol. 2. Agonia da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Subterrâneos da liberdade – Vol. 3. A luz no túnel. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARANTES, Paulo. Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Quincas Borba. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Esaú e Jacó. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BARRETO, Lima. Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. Os Bruzundangas. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BOLLE, Willi. Grandsertão.br: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

CANDIDO, Antonio. “Literatura”. Estado de São Paulo. Suplemento literário. 06 de outubro de 1956.

_____. A educação pela noite e outros escritos. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. Literatura e Sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

CORPAS, Danielle. O jagunço somos nós: visões do Brasil na crítica de Grande Sertão: Veredas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

CUNHA, Elclides da. Os sertões. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUEIROZ, Rachel de. O quinze. Versão Digital Le Livros. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RAMOS, Graciliano. Vidas secas. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REGO, José Lins do. Menino de Engenho. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. Usina. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

ROSA, Guimarães. Sagarana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. Grande Sertão Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHWARZ, Roberto. Que horas são? Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. O pai de família e outros escritos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: TEATRO POLÍTICO E EDUCAÇÃO CRÍTICA

DOCENTE RESPONSÁVEL: VALÉRIA CRISTINA DA COSTA, VANESSA JULIANA DA SILVA E MARCOS FÁBIO CARDOSO DE FARIA

EMENTA: Aspectos do teatro político. Análise de textos teatrais com perspectiva política. Educação crítica. O teatro como possibilidade para a divulgação científica crítica e para combate a fake news e ao negacionismo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, C; LOPES, T (editoras). Ciência em Cena: teatro no Museu da Vida. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2019.

BOAL, A. Teatro do oprimido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

BRECHT, B. Teatro dialético. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, I. C. Nem uma lágrima - teatro épico em perspectiva dialética. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FANCELLI, U. Populismo e Negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista. Curitiba: Appris Editora, 2021.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Política e educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000

GUÉNOUN, D. O teatro é necessário? São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEHMANN, H. T. Escritura política no texto teatral. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LOPES, T.; DAHMOUCHE, M. S. Teatro, ciência e divulgação científica para uma educação sensível e plural. Urdimento, v.3, n.36, p. 306-325, 2019.

MASSARANI, L.; ALMEIDA, C. Arte e ciência no palco. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.13, supl., p.233-246, 2006.

MELLO, P. C. A Máquina do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

MOREIRA, L.; M. MARANDINO, M. Teatro de temática científica: conceituação, conflitos, papel pedagógico e contexto brasileiro. Revista Ciência & Educação, v. 21, n. 2, p. 511-523, 2015.

PISCATOR, Erwin. Teatro político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROSENFELD, A. Brecht e o teatro épico. São Paulo: Perspectiva, 2012.

VALLIAS, A. (Introd. e Trad.) Bertolt Brecht: Poesia. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NOME DA DISCIPLINA: TECNOLOGIAS SOCIAIS E AGROECOLOGIA

DOCENTE RESPONSÁVEL: VALÉRIA CRISTINA DA COSTA

EMENTA: Tecnologia social: conceitos, importância e desafios. Tecnologias sociais e desenvolvimento local. Tecnologias sociais e políticas públicas. Contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento das tecnologias sociais. Tecnologias sociais e agroecologia. Agroecologia: conceitos, importância e desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTIERI, M. Agroecologia - bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L.; SANTILLI, J. (Edit. Técn.). Conservação e uso da agrobiodiversidade: Relatos de experiências locais. Coleção Transição Agroecológica, Vol. 3. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

CARDOSO, I. M.; FÁVERO, C. (Edit. Técn.). Solos e Agroecologia. Coleção Transição Agroecológica, Vol. 4. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DAGNINO, R. (org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. (Edit. Técn.). Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. Coleção Transição Agroecológica, Vol. 1. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

LASSANCE JR., A. E. *et al.* Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. A Dialética da Agroecologia - contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

OLIVEIRA, S. V. *et al.* (org.). Tecnologias sociais e iniciativas de desenvolvimento sustentável em territórios prioritários do Rio Grande do Sul. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021.

OTTERLOO, A. *et al.* Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: s.n, 2009.

PRIMAVESI, A. M. Manual do solo vivo – solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P. G.; BARBIER, R. L. (Edit. Técn.). Agrobiodiversidade. Coleção Transição Agroecológica, Vol. 2. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: CULTURA, POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL PÓS-1960

DOCENTE RESPONSÁVEL: JOSÉ CARLOS FREIRE

EMENTA: Estudos sobre cultura e política na sociedade brasileira pós-1960. Relação entre a filmografia, a literatura e o contexto sócio-político da ditadura e da Nova República. Momentos importantes do cinema: o Cinema Novo; a Retomada e Pós-Retomada; o Cinema Pernambucano. Produção literária do período: literatura, ditadura e memória; literatura marginal. Aspectos da literatura e do cinema contemporâneos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor W. “Crítica cultural e sociedade”. In: *Prismas*. Trad.: Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998, p. 7-26.

_____. “O artista como representante”. In: *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003a.

_____. “O que significa elaborar o passado”. In: *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AMÂNCIO, Tunico. *Artes e Manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981)*. Niterói: EDUFF, 2000.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização de João Barrento (Edição do Kindle). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. *Obras Escolhidas. Vol. I. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDET, Jean Claude; PEREIRA, Miguel; XAVIER, Ismail: *O Desafio do Cinema: a política do Estado e a política dos autores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BERNARDET, Jean-Claude & GALVÃO, Maria Rita. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BUARQUE DE HOLLANDA, Helóisa; GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

BUTCHER, Pedro. *Cinema brasileiro hoje*. São Paulo: Publifolha, 2005.

CAETANO, Daniel (Org.). *Cinema Brasileiro 1995-2005: ensaios sobre uma década*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

CANDIDO, Antonio. “Literatura”. *Estado de São Paulo*. Suplemento literário. 06 de outubro de 1956.

_____. *A educação pela noite e outros escritos*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

_____. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor. O regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 1996.

DUARTE, C. R.; CANETTIERI, T.; ALVARENGA, Raphael F. “Objeto não identificado. Bacurau: Cenas de um mundo pós-colapsado. *Sinaldemenos*. n. 14, vol. 1, 2020.

- FERREIRA, Jorge; SOARES, Mariza de Carvalho (Orgs). *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERRÉZ. (org). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2017.
- GATTI, André Piero (Org.). *Embrafilme e o cinema brasileiro*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2008.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Uma situação colonial?*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- JAMESON, Fredric. *Marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- _____. “A lógica cultural do capitalismo tardio”. In: *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996, p. 27-79.
- LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. *Brasis imaginados: a experiência do cinema brasileiro contemporâneo (1990-2007)*. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.
- LEME, Caroline Gomes. *Ditadura em imagem e som*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- _____. *Um certo cinema paulista. Entre o Cinema Novo e a Indústria Cultural (1958-1981)*. São Paulo: Alameda, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001.
- NITRINI, Sandra; HOSSNE, Andrea Saad (org.). *Memória & trauma histórico. Literatura e cinema*. São Paulo: Hucitec, 2018.
- ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de novo: um balanço crítico da Retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PASSOS, RAFAEL FERREIRA. *Bacurau: uma situação colonial?*. CINEstesia , v. 1, p. 92-119, 2021.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990.
- PELLEGRINI, Tânia. *A imagem e a letra. Aspectos da ficção brasileira contemporânea*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.
- _____. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos, SP: EDUFScar – Mercado de Letras, 1996.
- _____. *O cinema brasileiro da retomada: questão de identidade*. In: *Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- QUEIROZ, José Antonio de Souza. *Imagens de um Brasil profundo: uma história revisitada de Vidas Secas, Deus e o Diabo na terra do sol e Os Fuzis*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2019.

- RAMOS, Fernão (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROCHA, João Cezar de Castro. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou ‘A dialética da marginalidade’. *Revista Letras (UFSM)*. v. 28-29, Jan./dez. 2004. p. 153-184.
- SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *O pai de família e outros escritos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Renato Kleibson da. *O som ao redor do baile: Retomada e pós-Retomada no cinema produzido em Pernambuco*. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- SIMIS, A. (Org.). *Cinema e televisão durante a ditadura militar: depoimentos e reflexões*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2005.
- SOLER JORGE, Marina. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Campinas, IFCH, Unicamp, 2002.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TREVISAN, Zizi. *As milhas do texto – escola, literatura, cinema*. São Paulo, Eliper, 1998.
- VECCHIO, Angelo del; TELAROLLI, Sylvia (org.). *Literatura e Política Brasileira no Século XX*. Série Diálogos. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2006.
- XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- _____. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: TÓPICOS DE FILOSOFIA E REALIDADE BRASILEIRA

DOCENTE RESPONSÁVEL: JOSÉ CARLOS FREIRE E FRAN ALAVINA

EMENTA: Considerações gerais sobre a produção filosófica no período colonial. A filosofia no Brasil do século XIX. Constituição da filosofia acadêmica no país no século XX. Missão francesa na fundação da USP: influência, contribuições e limites do método estrutural de análise de textos. Filosofia e formação nacional. A filosofia no Brasil das últimas décadas. O filósofo brasileiro como intelectual público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALELUIA, José Roberto Sanabria de. *A invenção do filósofo ilustrado: notas arqueogenealógicas do ensino da filosofia no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2014.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. ARANTES, Paulo (et al). *A filosofia e seu ensino*. São Paulo: EDUC, 1993.

AVER, Gisleine. *Das ruas à academia: por onde anda o filósofo?* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CANHADA, Júlio. *O discurso e a história: a filosofia no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Loyola, 2020.

CANDIDO, Antonio. “A importância de não ser filósofo”. *Revista Discurso*, nº 37. São Paulo: FFLCH-USP, 2007, pp. 9-14.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

CORDEIRO, Denílson Soares. *A formação do discernimento: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – Ensaio metafilosófico*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FLECK, Amaro. *Mal-estar na filosofia nacional. Leitura estrutural: impasse e críticas*. *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 1-16, 2019.

GOLDSCHMIDT, Victor. “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos”. In: *A Religião de Platão*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963, p. 139-147.

GUÉROULT, Martial. “O problema da legitimidade da história da filosofia”. Em: *Revista de História*, v. 37, n. 75, p. 189-211, 1968.

MARGUTTI, Paulo R., *História da filosofia do Brasil. O período colonial (1500- -1822)*, Edições Loyola, São Paulo, 2013.

_____. “Sobre a nossa tradição exegética e a necessidade de uma reavaliação do ensino de filosofia no país”. Em: *Kriterion*, n. 129, pp. 397-410, 2014.

_____. *História da filosofia do Brasil. A ruptura iluminista (1808-1843)*. São Paulo: Loyola, 2020.

MAUGÜÉ, Jean. “O Ensino de filosofia e suas diretrizes”. Em: *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 5, n. 20, p. 642-9, 1955.

NOBRE, Marcos; REGO José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.19-43.

PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1997.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

SOUZA, José Crisóstomo de (org.). *A filosofia entre nós*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: SABERES EMERGENTES NO SUL GLOBAL

DOCENTE RESPONSÁVEL: MARCOS FÁBIO CARDOSO DE FARIA

EMENTA: Principais emergências epistemológicas em países do Sul Global. Estudo sobre a descolonialidade na produção e concepção de pensamentos artísticos, culturais e intelectuais. Reflexão de aspectos de produção, contexto social e experiência estética e de vida, pelo recorte gênero, raça, classe e território. Reestruturação dos saberes em espacialidades e epistemologias marginais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Marcos Antônio. *O teatro negro em perspectiva: dramaturgia e cena negra no Brasil e Cuba*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Rosane. *Fragmentos do tempo presente*. Belo Horizonte: Aquilombô, 2021.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de Resistência*: edição do PAIGC. Bolama: Imprensa Nacional, 1979.

CASTRO ROCHA, João Cezar; PRIGOL, Valdir (Org.). *Por uma esquizofrenia produtiva (da prática à teoria)*. Chapecó: Argos, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. Organização de André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica/ São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, 3)

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean-Paul Sartre (1961). Prefácio de Alice Cherki (2002). Posfácio de Mohammed Harbi (2002). Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005. (Coleção cultura V.2)

FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. Prefácio de Heloisa Rodrigues Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaio, intervenções e diálogos*. Organização de Fávio Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HANECKER, Marta. *Um mundo a construir: novos caminhos*. Tradução de Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as lutas camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. “A paixão pela mercadoria”. *A queda do céu*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1, 2018.
- NANDY, Ashis. *A imaginação emancipatória: desafios do século 21*. Organização e revisão técnica de Lúcia Rabello de Castro. Tradução de Joannes de Knegt. Belo Horizonte, 2015.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. Literatura e identidade. In: RATTIS, Alex; GOMES, Bethânia (Orgs.). *Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaio de Beatriz Nascimento*. Salvador: Ogum’s Toques Negros, 2015. p. 108-112.
- NGOENHA, Severino Elias. *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo: Paulinas, 2018.
- PAZETO, Débora. O texto acadêmico como espaço performático. *Revista Arte & Teoria*, v.22, nº 1, dez/2021.
- PEÑA, Julia A.; MAYER, Monica; ROSA, Maria Laura. “Arte feminista e ativismo na América Latina”. Catálogo *Mulheres Radicais: arte latino-americana, 1960-1985*, Pinacoteca 2018.
- PERRA, Hija de. “Interpretaciones inmundas de cómo la Teoría queer coloniza nuestro contexto sudaca, pobre, aspiracional y tercermundista, perturbando con nuevas construcciones genéricas a los humanos encantados con la heteronorma”. *Revista Punto Género*, n. 4, 2014, p. 9-16.
- PRASHAD, Vijay. *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo*. Tradução de Dafne Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Prefácio de Luiz Eduardo Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania, 2)

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. Com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz de Abdala. 3.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013. (Coleção Milton Santos).

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

2) ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

POLÍTICA SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

NOME DA DISCIPLINA: ESTADO, CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

**DOCENTE RESPONSÁVEL: DIOGO PRADO EVANGELISTA E RICARDO SILVESTRE DA
SILVA**

EMENTA: Estado, classes sociais e leis gerais de acumulação capitalista. Os fundamentos históricos do Estado, classes sociais e políticas sociais no Brasil. A questão social e o sistema de proteção social no Brasil: o movimento operário das décadas de 1920/30 e o Estado Novo. A diferenciação social no regime de classes no Brasil, os limites da integração política do Estado e as reformas de Base de 1950/60. A reestruturação do Estado e a complexificação das políticas sociais no processo de inserção do capitalismo monopolista no Brasil. O regime de classes, democracia e controle social sob os limites específicos do capital atrófico. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e novas formas de regulação social do Estado. A crise estrutural do capital e os mecanismos de financiamento e recursos do Estado: fundo público e política social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

- BOSCHETTI, I. A assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001.
- _____. Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social. Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.
- BOSCHETTI, I. et. al. (Org.). Política social: alternativas ao neoliberalismo, Brasília: SER/UnB, 2004.
- BOSCHETTI, I. (org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018
- CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 3. Ed. Campinas/São Paulo: Unicamp/Fapesp, 1994.
- FAUSTO, B. A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004
- IANNI, O. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. Radar social. Brasília, IPEA, 2005.
- KATZ, Caudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. São Paulo: expressão popular, 2016.
- MENEGAT, M. Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- MOTA, A. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete (org.) Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez Editora, 2012
- NAVARRO, V. Ataque a la democracia y al bienestar: critica al pensamiento econômico dominante.. Barcelona: anagrama. 2015
- OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: outras expressões, 2014.
- SADER, E. A transição no Brasil: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.
- SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2000.

NOME DA DISCIPLINA: DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

DOCENTE RESPONSÁVEL: VANESSA JULIANA DA SILVA E VALÉRIA CRISTINA DA COSTA

EMENTA: O ensino superior no Brasil – Panorama histórico e atualidade. Formação docente e prática educativo-progressiva. Trabalho e condição docente. A condição discente. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão no Ensino Superior. Avaliação como processo educativo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e Auto-|Imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.
- BARBOZA, Maria A F; TEIXEIRA, Inês A C; COSTA, M. P .S. de L. Territórios da docência no ensino superior. Curitiba: CRV, 2017.
- BARNETT, Ronald. Los limites de la competencia. El conocimiento, la educación superior y la sociedad. Barcelona: Gedisa, 2001.
- BENINCÁ, Dirceu (org). Universidade e suas fronteiras. São Paulo: Outras expressões, 2011
- DEMO, P. Avaliação Qualitativa. São Paulo: Cortez, 1991. 3ed
- COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIA, Dóris S. (Org.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001
- FERES JÚNIOR, João e ZONINSEIN, Jonas. (orgs.) Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília, Universidade de Brasília, 2006.
- FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: Domínio Editora/EDUSP, 1966.
- _____. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- FORACCHI, Marialice. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1968.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- LUCKESI, C. et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 18ed.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOROSINI, M. (Org.). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Brasília: Editora Plano, 2001.
- PIMENTA, Selma G; ANASTASIOU, Léa das G.C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2011. 5ed
- SACRISTAN, J. Gimeno (Org.). La reforma necesaria: entre la política educativa y la practica escolar. Madrid: Ed. Morata, 2006.
- SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Ed. & Autores Associados, 1980.
- SILVA, Jailson de Souza e. Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres à universidade. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.
- TEODORO, António; VASCONCELOS, Maria Lucia (orgs.). Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2 ed. São Paulo: Cortez/Mackenzie,

2005VIANA, Maria José Braga. Longevidade escolar em famílias populares: algumas condições de possibilidade. Goiania: Ed. Da UCG, 2007.

ZABALZA, Miguel A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LINHAS DE PESQUISA:

A) FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL, DIREITO SOCIAL, LUTAS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS:

DISCIPLINAS ELETIVAS

NOME DA DISCIPLINA: ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

DOCENTE RESPONSÁVEL: DIOGO PRADO EVANGELISTA

EMENTA: Os fundamentos socioeconômicos das políticas sociais na sociabilidade capitalista. As principais abordagens teóricas de análise explicativa das políticas sociais: liberalismo, teoria social crítica, social-democracia e neoliberalismo. Os limites estruturais das experiências concretas do Estado Social, Welfare State e Estado providência. A crise do capital e os mecanismos de financiamento do Estado: fundo público e política social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRING, E. R. A política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. Política Social – Módulo 3. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2ª Ed. 2008.

MISHRA, R. Society and social policy: theories and practice of welfare. 2. ed. Londres: MacMillan, 1981.

_____. O Estado providencia na sociedade capitalista: políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1995.

NAVARRO, V. Neoliberalismo y Estado del bienestar. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1998.

O'CONNOR, J. USA: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, E. M. Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Ed. Boitempo, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: SEXUALIDADE HUMANA: TEORIAS E DEBATES ATUAIS

DOCENTE RESPONSÁVEL: ANDRÉA KELMER DE BARROS

Ementa: Estudo sobre a sexualidade humana ao longo dos séculos. Perspectivas teóricas, políticas, culturais e religiosas acerca do tema. Principais debates atuais nos movimentos sociais feministas e LGBT+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[Arruzza](#), Cinzia; [Bhattacharya](#), [Tithi](#) ; [Fraser](#), [Nancy](#). Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROS, Andréa Kelmer de. A organização homossexual em Juiz de Fora: estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000 . Tese de doutorado, UFF/Niterói, 2016.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COTTA, Camylla Carolyn; PEREIRA, Jéssica Mára Viana; FONSECA, Carina Rabelo de Souza. Redes de movimentos sociais: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, n. 20, jul./dez. 2014.

DURAND, Véronique e RIBEIRO , Henrique Marques. Histórias de amor tóxico: a violência contra as mulheres. – Produção conjunta da Procuradoria Especial da Mulher e do Observatório da Mulher contra a Violência. Brasília: Senado Federal, 2020.

FISCHER, André. Como o mundo virou gay? Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FISHER, Saul H. Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: A inversão sexual. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. Revista enfoques. UFRJ, RJ, v.9, n.1, agosto 2010.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [etalli]. Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Glass, Ronald D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Dez 2012, vol.93, no.235, p.883-913.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. In: Revista Gênero. Niterói, v. 4, n. 1, 2 semestre 2003.

GONH, Maria da Gloria; BRINGEL, Bruno M. Movimentos Sociais na era global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Aline A.; LIMA, Luciano de A.; RADDATZ, Vera Lucia S. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: os movimentos sociais em rede como instrumentos para a democracia no Brasil. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM ,v. 10, n. 1 / 2015.

GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminino, sex-shops e S/M. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Movimentos Sociais, Educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural da pós-modernidade. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais” Beatriz Preciado. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 19, n1: 11-20, janeiro-abril/2011.

RAMOS, Sílvia; CARRARA Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: A Articulação entre Ativismo e a Academia na Elaboração de Políticas Públicas. 2006.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. Para além das plumas e paetês: movimento LGBT no enfrentamento à LGBTfobia. XVI Encontro Nacional De Pesquisadoras/Es em Serviço Social. 02 A 07 De Dezembro de 2018 - Vitória – ES.

RODRIGUES, Viviane Isabela. A trajetória histórica da violência de gênero no Brasil. XVI Encontro Nacional De Pesquisadoras/Es em Serviço Social. 02 A 07 De Dezembro de 2018 - Vitória – ES.

SANTOS, Maria de Fátima L. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. In: Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio (Org.) Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH . Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016. 1640p.

Silveira, Raquel da Silva and Nardi, Henrique Caetano Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicol. Soc.*, 2014, vol.26, no.spe, p.14-24.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias. Revista Estudos Feministas, ano 9, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DOCENTE RESPONSÁVEL: VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

EMENTA: Espaço e desenvolvimento. A questão regional no debate teórico do pós-guerra. A questão regional no Brasil. Novas determinações da questão regional a partir do neoliberalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFFONSO, R. B. A; SILVA, P. L. B. Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BENKO, G. A Ciência Regional. Portugal: Oeiras, 1999.

_____. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.

- _____. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Revista Geosul*, v. 16, n. 32, jul-dez, 2001.
- BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranense de Desenvolvimento*, n. 107, p. 57-76, jul.-dez. 2004.
- _____. *Território e Desenvolvimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BREITBACH, A. C. M. Espaço e sociedade: uma abordagem teórica. *Revista FEE*, 7 (1), 1986.
- _____. Estudo sobre o conceito de região. *Revista FEE*, n. 13, ago/1988.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. In: DINIZ, C. C. (Orgs). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- _____. *Descontração Produtiva Regional do Brasil - 1970-2005*. São Paulo: Unesp, 2008.
- _____. *Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. Texto para Discussão*. Campinas: IE.UNICAMP, n. 193, jul. 2011.
- CORRÊA, R. L. A organização regional do espaço brasileiro. *Revista Geosul*, n. 8, ano IV, 1989.
- DINIZ, C. C. (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- FURTADO, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRSCHMAN, A. (1958). *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- PERROUX, F. (1955) “O Conceito de Polos de Crescimento”. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia Regional - textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- MACEDO, F. C. *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)*. Tese (livre-docência). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010. (meio eletrônico).
- NETO, L. G.; BRANDÃO, C. A. A formação econômica do Brasil e a questão regional. In: COELHO, F. S.; GRANZIERA, R. G. (Orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.
- PACHECO, C. A. *A Fragmentação da Nação*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- RABÊLO, J. M. (Coord.). *História geral de Minas*. Ouro Preto: Legraphar, 2018.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2014.
- SMOLKA, M. O. O espaço do espaço na teoria econômica. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, IPEA, 5(6): 705-728, nov./dez., 1983.
- _____. O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas. *Estudos Econômicos*. v. 14, nº 3, p. 767-784. set/dez 1984.

NOME DA DISCIPLINA: FINANCEIRIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DOCENTE RESPONSÁVEL: FERNANDO LEITÃO ROCHA JÚNIOR

EMENTA: Políticas Públicas, Orçamento, Dívida pública, Fundo Público, Estado, Crise, Ciclos Econômicos, Financeirização das Políticas Sociais, Financeirização da Educação Superior, Financeirização da Saúde, Financeirização da Previdência Social, Financeirização da Habitação, Financeirização do Saneamento básico e do Clima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Wilson Mesquita. PROUNI e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo. São Paulo: Musa/FAPESP, 2014.

BRAGA, José Carlos; PAULA, Sérgio Goes. Saúde e Previdência: Estudos de Política Social. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRAVO, Maria Inês. Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

BRAVO, Maria Inês; MARQUES, M. Saúde e Luta Sindical: entre a reforma sanitária e o projeto de saúde privatista. *IN*. BRAVO, Maria Inês ; MENEZES, Juliana. (Orgs). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2013, p. 197 – 229.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1994.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob & AMARAL, Nelson Cardoso (org). Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise. Campinas, Mercado das Letras, 2017.

CESCONETO, Eugênia Aparecida. Mercantilização da água. 5º seminário de Políticas Públicas, Cascavel, Unioeste, 2011.

CHESNAIS, François *et al.* A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010. Cap. II, p. 95-182.

CORNETTA, Andrei. A financeirização do clima: uma abordagem geográfica do mercado de carbono e suas escalas de operação. São Paulo: Annablume, 2012.

LAVINAS, LENA. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *IN*: Forthcoming at *Politika*, n. 2, July 2015, Rio de Janeiro, Fundação João Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, p.35-51. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/09/Lena-Lavinas-colet%C3%A2nea-Cesinha-Politika-2015.pdf>.

LAPAVITSAS, Costas. El capitalismo financeirizado. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

LAPAVITSAS, Costas. Benefícios sin producción: como nos explotan las finanzas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LOPES PINTO, João Roberto. Ambientalização dos bancos e financerização da natureza: um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilidade das instituições financeiras. Brasília: Rede Brasil, 2012.

MARINGONI, Gilberto (org). O NEGÓCIO DA EDUCAÇÃO: A aventura das universidades na terra do capitalismo sem risco. São Paulo, Olho d' Água, 2017.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro III, São Paulo: Boitempo, 2017.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. SUS: o desafio de ser único. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza. ECONOMIA PARA POCOS: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

ROYER, Luciana. FINANCEIRIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL: Limites e perspectivas, São Paulo, Annablume, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO

DOCENTE RESPONSÁVEL: RICARDO SILVESTRE DA SILVA

EMENTA: Educação e relações sociais. A política de educação brasileira no século XX, sua relação com o subdesenvolvimento e articulação com o imperialismo. A educação, sua relação com o público, o privado, organismos internacionais e os movimentos sociais. Projetos educacionais no Brasil e o desenvolvimento nacional Pós-Guerra. Inflexões de Florestan Fernandes neste debate. A CF/88, a LDB e o PNE. Desafios e perspectivas no contexto do capitalismo. Educação para além do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Legislação: Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: Plano Nacional de Educação.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, Niterói: EdUFF, Brasília: Flacso do Brasil, 2005.

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus Editora/USP, 1966.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Universidade brasileira: Reforma ou Revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, G. Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. Revista Contemporânea de Educação, v. 10, n. 20, julho/dezembro 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2aed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEHER, R. Reforma do Estado: o privado contra o público, Revista Trabalho, Educação e Saúde, 1(2): 27-51, 2003.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: O capital em busca de novos campos de exploração. IN: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org). O empresariamento da educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Contrarreforma na educação superior: De FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LUKÁCS, Györg. Sociologia. A decadência ideológica da burguesia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1992.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo. 2013.

MARX, K. O Capital, livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL

**DOCENTE RESPONSÁVEL: RAQUEL CRISTINA LUCAS MOTA E MÔNICA PAULINO
DE LANES**

EMENTA: O estatuto profissional do serviço social brasileiro e latino americano e sua relação com o Estado nacional. A Lei Geral da Acumulação Capitalista, o processo de profissionalização e a questão social no século XX. O padrão de acumulação wefariano, a periferia do capitalismo e a via marshalliana de “cidadania” formal. Política Social e a contrarreforma do Estado. O Serviço Social brasileiro e seus dilemas contemporâneos: Do Congresso da Virada à barbárie irracionalista pós anos 2000. Marxismo e o Serviço Social: Principais produções intelectuais profissionais pós-reconceituação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERHING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERHING Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história. 2ª edição. São Paulo, Cortez: 2007.

BORÓN Atilio e SADER, Emir (Orgs). Pós-neoliberalismo II: As políticas sociais e o Estado Democrático. Petrópolis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRAZ, Marcelo. O Governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 78, 2004.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO. Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10ª edição. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro trabalho e questão social. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MARSHALL, Thomas Hamprey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1969.
- _____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. O Capital: Crítica da economia política: livro I, volume 1; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. O Capital: Crítica da economia política: livro I, volume 2; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. A revolução antes da revolução. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Assim lutam os povos, volume 2).
- _____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).
- _____. Crítica ao programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).
- MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Razão, ontologia e práxis. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 44, São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In.: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996a.
- _____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In.: CEAD módulo I. Brasília, 1999.
- _____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. IN: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica do serviço social; v. 1).
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na Prática a teoria é outra?: Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática instrumentos e técnicas social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E A CRISE DO CAPITAL

DOCENTE RESPONSÁVEL: RICARDO SILVESTRE DA SILVA

EMENTA: Os avanços e retrocessos da política de assistência social no Brasil e sua articulação com a seguridade social: CF/88, LOAS e SUAS. Contrarreforma do Estado brasileiro pós anos 2000, EC 95, os impactos na organização da assistência social e a (re)Filantropização da assistência social. A movimentação social e perspectivas para a organização da assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERHING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERHING Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história. 2ª edição. São Paulo, Cortez: 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

FALEIROS, V. P. O que é política social. SP: Brasiliense, 2004.

_____. A Política social do Estado capitalista. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003. v. 1. 297p

_____. Seguridade social e trabalho. Brasília. Editora UnB, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. Serviço Social e Sociedade, v. 87, p. 25-57. São Paulo. Cortez Editora, 2006.

MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. Questão social e serviço social: um debate necessário. IN. MOTA, Ana Elizabete (Org). O mito da assistência social. São Paulo: Cortez, 2016.

SPOSATI, A. O. et. al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: um questão em análise. SP: Cortez Editora, 2003.

VIEIRA, E. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez Editora, 2004. ABRANCHES, S. Políticas Sociais e combate à pobreza. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

SPOSATI, A. O. et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: um questão em análise. SP: Cortez Editora, 2003.

_____. Os direitos (dos desassistidos) sociais. SP: Cortez Editora, 1999.

YASBEK, M. C. Classes subalternas e assistência social. SP: Cortez Editora, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

DOCENTE RESPONSÁVEL: CIRO ANDRADE DA SILVA

EMENTA: Produção e reprodução do espaço urbano capitalista. A constituição do urbano no Brasil. A habitação enquanto mercadoria . A trajetória da política habitacional brasileira . Movimentos sociais urbanos voltados pelo direito à moradia no Brasil. O trabalho social na habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

BRASIL. Trabalho social em programas de habitação de interesse social. Secretaria Nacional de Habitação. 2ª Ed. Brasília, DF, 2014.

ENGELS, F.. A Questão da Habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Porto: Afrontamento, 1975.

GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (Org.). Política de habitação popular e trabalho social. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia. SP, Vozes, 1995.

MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 71-93.

MARICATO, E. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, R. B. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Unesp, 2008

SILVA, M. O. S. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986. (Cadernos de educação política; Série sociedade e Estado, n. 16).

B) TRABALHO, ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

DISCIPLINAS ELETIVAS

NOME DA DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

DOCENTE RESPONSÁVEL: JOÃO VICTOR LEITE DIAS

EMENTA: História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil, com destaque para o movimento pela Reforma Sanitária e a configuração do Sistema Único de Saúde – SUS, seus princípios e características. Organização de Sistemas de Saúde no mundo. Modelos de atenção e de gestão em saúde, considerando a relação público-privado. Financiamento em saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, C. Reforma de Sistemas de Saúde: tendências internacionais, modelos e resultados. In. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/Fiocruz, 2008.p. 871-922.

BAHIA, L. As contradições entre o SUS universal e as transferências de recursos públicos para os planos e seguros privados de saúde. Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 1385-1397, out. 2008.

GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C. et. al. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

PAIM, Jairnilson Siva; ALMEIDA-FILHO, Naomar Almeida. Reforma sanitária brasileira em perspectiva e o SUS. In: PAIM, Jairnilson Siva; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. Saúde Coletiva: teoria e prática. 2014, p.203-210.

PAIM, J. S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n. 10. 2013.

PAIM, J. S. *et al.* O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet Series - Saúde no Brasil, p. 11-31, 2011.

SOARES, T. L. Políticas Sociais na América Latina. In. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: CEBES/Fiocruz, 2008.p. 923-944.

BACKES, D.S. *et al.* O que os usuários pensam e falam do Sistema Único de Saúde? Uma análise dos significados a luz da carta dos direitos dos usuários. Revista Ciência & Saúde Coletiva. v.14, n.3, maio / junho 2009.

NOME DA DISCIPLINA: PODER E CULTURA POLÍTICA

DOCENTE RESPONSÁVEL: MÁRCIO ACHTSCHIN SANTOS

EMENTA: Estruturas do poder: poder e modernidade, poder simbólico, microfísica do poder; relações regionais de poder; cultura política e representações: ideologia, imaginário, símbolos, mitos e ritos; instituições políticas e o neoinstitucionalismo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

NORTH, C. Douglass. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. Fondo de cultura económica: México, 1995 .

PUTNAM, Robert D., (1996), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Cada da Moeda, 1985. Vol. 5.
- BERSTEIN, Serge. (org.). *Les cultures politiques em France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CARDOSO, Ciro F. MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: editora da UNESP, 1997.
- ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n. 39, São Paulo, fevereiro, 1999.
- HALL, Peter A. TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003.
- KAPLAN, Abraham. LASSWELL, Harold. *Poder e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LEVI, Margaret. Uma lógica de mudança institucional. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 34, n. 1, 1991.
- SINGER, André Vítor. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: QUESTÃO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO E TEORIA DO VALOR TRABALHO

DOCENTE RESPONSÁVEL: FERNANDO LEITÃO ROCHA JR. E RAQUEL CRISTINA LUCAS MOTA

EMENTA: Questão Social no capitalismo recente, mudanças tecnológicas, nova morfologia do trabalho, debate acerca da vigência da Teoria do Valor trabalho, exploração e precarização laboral, resistências, movimentos sociais, ressignificação do proletariado: infoproletários e precariados, Uberização da economia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. e BRAGA, R. org. *INFOPROLETÁRIOS: a degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado. Trabalho e Neoliberalismo no Sul Global. São Paulo, Boitempo, 2017.
- CARCANHOLO, Reinaldo. MARX, RICARDO E SMITH: sobre a teoria do valor trabalho. Vitória, Edufes, 2012.
- DOBB, Maurice. Teorias do Valor e da distribuição desde Adam Smith. Lisboa, Presença, 1977.
- DUSSEL, E. Produção Teórica de Marx. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- GAREGNANI, Pierangelo. Debate sobre la teoria marxista del valor. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1979.
- HARVEY, David. A Loucura da razão econômica. São Paulo, Boitempo, 2018.
- LOJKINE, J. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1999.
Cap I, pp 27- 47.
- MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista. 4 vols. Lisboa, Bertrand, 1977.
- MARCUSE, Herbert. A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.
- NAPOLEONI, Cláudio. SMITH, RICARDO, MARX. Rio de Janeiro. Graal, 1978.
- NAPOLEONI, Cláudio. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. São Paulo, LECH, 1981.
- ROSDOLSKI, Roman. Gênese e Estrutura do Capital. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2001.
- RUBIN, Isaak. Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAAD-FILHO, Alfredo. O valor de Marx. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.
- SANTOS, Vinícius. TRABALHO IMATERIAL e Teoria do valor em Marx. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- SLEE, Tom. UBERIZAÇÃO: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo, Elefante, 2017.
- STANDING, GUY. O precariado a nova classe perigosa. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- SWEZZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.
- VERCELLI, Alessandro. Teoría de la estructura económica capitalista: el método de Marx y los fundamentos de la critica de la economía política. Madrid. Siglo XXI, 1980.

NOME DA DISCIPLINA DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PESQUISA

Observação: disciplina obrigatória para as duas áreas de concentração

DOCENTE RESPONSÁVEL: VANESSA JULIANA DA SILVA

EMENTA: A pesquisa social como fonte de conhecimento. O objeto de conhecimento. Elementos da pesquisa (definição do objeto de estudo, os objetivos, o referencial teórico e procedimentos metodológicos). Modalidades de Pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. Trad;/ Lori Viali. Porto Alegre: Penso, 2012. 4ed

ALVES-MAZZOTTI, A J; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thomson, 2002.

ANDERY, Maria Amália P. et al. Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 15 ed.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 10ed

BRANDÃO, C. R (org). Pesquisa participante. São Paulo: Editora brasiliense, 1999.

CRESWELL, John W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DESLANDES, S. et al. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LESSA, S. TONET, I. O Conhecimento. In: Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 45 - 49.

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, C. et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 18ed.

MARX, Karl. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Para a Crítica da Economia Política. Prefácio.1859.

MINAYO, Maria Cecilia. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 667-700.

RICHARDSON, Roberto J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011.

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais: parte I. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Trad: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

Atividades Programadas:

Participação em grupos de pesquisa, estágio de docência, grupos de estudos individuais com ementas abertas.

Dissertação de mestrado

Atividade de orientação, qualificação, elaboração e defesa da dissertação.

Estrutura curricular:

1º semestre

Disciplina	Carga Horária	Créditos
Obrigatória	60	04
Obrigatória	60	04
Eletiva	45	03
Orientação de dissertação	-	-
TOTAL		11

2º semestre

Disciplina	Carga Horária	Créditos
Obrigatória	60	04
Eletiva	45	03
Eletiva	45	03
Seminário de pesquisa	45	03
Orientação de dissertação	-	-
TOTAL		12

3º semestre

Disciplina	Carga Horária	Créditos
Atividades programadas	30	02
Orientação de dissertação	-	-
TOTAL		02

4º semestre

Disciplina	Carga Horária	Créditos
Atividades programadas	30	02
Orientação de dissertação	-	-
TOTAL		02

TOTAL DE CRÉDITOS EM DISCIPLINA: 24

OUTROS CRÉDITOS: 04

ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO: 16

9) CORPO DOCENTE

CATEGORIA: PERMANENTE

HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL NA INSTITUIÇÃO: 40 HORAS

HORAS DE DEDICAÇÃO SEMANAL NO PROGRAMA: 20 HORAS

PERTENCE A UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO VINCULADA À PROPOSTA: SIM

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UFVJM

Quadro de docentes permanentes:

1) André Moulin Dardengo

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Política Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2051774225800247>

2) Andréa Kelmer de Barros

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Política Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4715572214827948>

3) Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Titulação / Área de Conhecimento: Doutorado / Desenvolvimento Econômico

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8111094080741589>

4) Ciro Andrade da Silva

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8497857566431643>

5) Diogo Prado Evangelista

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3473495336228137>

6) Fábio Fraga dos Santos

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6810089012895607>

7) Fernando Leitão Rocha Júnior

Titulação / Área de Conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0742831328723017>

8) Fran Alavina

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Filosofia

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7700083496920085>

9) João Victor Leite Dias

Titulação / Área de conhecimento: Enfermagem / Ciência da Saúde

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2310316131617979>

10) José Carlos Freire

Titulação / Área de Conhecimento: Doutorado / Ciências Humanas

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3375778270337196>

11) Márcio Achtschin Santos

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / História

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1328175237194027>

12) Márcio Paschoino Lupatini

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5391325713117901>

13) Marcos Fábio Cardoso de Faria

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Estudos de Linguagens

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6751542602227045>

14) Mônica Paulino de Lanes

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662399514314223>

15) Raquel Cristina Lucas Mota

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3195133365600672>

16) Ricardo Silvestre da Silva

Titulação / Área de Conhecimento: Doutorado / Serviço Social

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1715753045948012>

17) Vanessa Follmann Jurgenfeld

Titulação / Área de Conhecimento: Doutorado / Desenvolvimento Econômico

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9544589353308152>

18) Vanessa Juliana da Silva

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Educação

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9161813392434666>

19) Valéria Cristina da Costa

Titulação / Área de conhecimento: Doutorado / Química

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5207661317118428>

10) PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA, ARTÍSTICA E TÉCNICA

PRODUÇÃO DOCENTE CONSTA NA PLATAFORMA SUCUPIRA

11) PROJETOS DE PESQUISA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

1) CAPITALISMO, ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

LINHA DE PESQUISA:

a) Teoria social, modernidade e dinâmica da economia capitalista

NOME DO PROJETO: INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICO-CIENTÍFICA DO IRRACIONALISMO MODERNO NA FASE “AVANÇADA” DO CAPITALISMO MONOPOLISTA NO SÉCULO XXI.

DESCRIÇÃO: A investigação sobre as determinações sociais do irracionalismo no período imperialista “tardio” pressupõe a diferença histórica deste fenômeno cultural com as formas de manifestação em momentos anteriores do desenvolvimento da sociedade moderna. A crise social da modernidade aparece como um dos aspectos centrais para a análise do irracionalismo neste período tardio/avançado do imperialismo.

O projeto cultural de modernidade se consolida no século XIX, num movimento de subsunção dos elementos ideológicos e filosóficos do iluminismo e da ilustração burguesa com as formas de regulação e autonomização do capital. A racionalidade ocupa um lugar central na perspectiva de formação de uma estética moderna, nas escolhas e decisões individuais (prática-moral) e na diferenciação e expansão das ciências da natureza e da sociedade. Entretanto, estas expressões da racionalidade que coloca o aspecto emancipador do projeto de modernidade, se efetivaram sob a expansão e autonomia das formas de manifestação do capital, tais como aparecem na superfície da sociedade moderna, nas rubricas de mercado, propriedade privada e Estado moderno. Estes aspectos explicitam as contradições e fronteiras do domínio consciente-racional do indivíduo sobre si mesmo e o mundo social.

Em termos gerais, o irracionalismo se diferencia em três momentos históricos da sociedade moderna: 1) meados do século XVIII até 1830, realização do primeiro ciclo da revolução industrial inglesa e os desdobramentos da revolução francesa; 2) as revoluções de 1848; 3) meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, com a gênese e desenvolvimento do capitalismo monopolista. No primeiro momento histórico, o irracionalismo adquire um aspecto de resistência e combate às

transformações econômicas e sociais da revolução burguesa em seus dois pilares: política e econômica. Neste sentido, o irracionalismo se coloca como expressão dos estamentos e classes dominantes opostas às transformações em curso no século XVIII-XIX. As revoluções de 1848 deslocam o irracionalismo moderno para as posições políticas e culturais da classe burguesa contra as tendências revolucionárias do movimento operário ao longo do século XIX. Emerge, nesta quadra histórica, duas expressões culturais e políticas deste irracionalismo: a “decadência ideológica” das ciências da sociedade e a posição “contrarrevolucionária” da burguesia. Porém, estes dois momentos históricos encontram a sua síntese provisória na primeira metade do século XX, em que aspectos reacionários do irracionalismo oposto as transformações do capitalismo se associam aos mecanismos institucionais e políticos contrarrevolucionários da burguesia, precisamente, na via prussiana da revolução burguesa. O caráter provisório desta síntese corresponde a supressão tardia dos traços políticos e econômicos do antigo regime na segunda metade do século XX, por exemplo, Alemanha, Hungria e Itália. Por outro lado, esta síntese provisória explicita a vinculação deste fenômeno ideológico do irracionalismo com a “produção destrutiva” do capital como uma das formas de resolução das crises econômicas. Em outros termos, a investigação do irracionalismo imperialista articula as manifestações culturais dos indivíduos e classes sociais com os dinamismos e contradições internas da acumulação de capital.

A pesquisa pretende investigar os seguintes aspectos: a) a articulação da crise social da modernidade com a imperiosa subsunção da totalidade da vida social ao movimento de autonomização das formas de capital (fetichização); b) o deslocamento das manifestações artístico-culturais, filosóficas e científicas da “decadência ideológica” com o fenômeno de “desideologização” dos complexos ideológicos na segunda metade do século XX; c) a relação entre as forças contrarrevolucionárias da práxis política e do Estado moderno com as crises econômicas, desde as décadas de 1960/70 até os dias atuais.

DATA DE INÍCIO: 01/03/2023

DOCENTES VINCULADOS AO PROJETO: FRAN ALAVINA, MÁRCIO LUPATINI, FERNANDO LEITÃO ROCHA JÚNIOR, RAQUEL CRISTINA LUCAS MOTA, JOSÉ CARLOS FREIRE, MÔNICA PAULINO LANES

b) Desenvolvimento Econômico e Formação Econômica e Social Brasileira

NOME DO PROJETO: AS EXPRESSÕES DO SUBDESENVOLVIMENTO NO BRASIL NO SÉCULO XXI

DESCRIÇÃO: Investigar o subdesenvolvimento e suas expressões atuais, o qual nos limita e nos condiciona a não superarmos questões fundamentais de nossa formação socioeconômica, cultural e política, a saber, concentração da propriedade, concentração da renda, questão urbana, questão agrária, educação, emprego, seguridade social, meio ambiente, dentre outras, requer: 1) entender os condicionantes das leis de funcionamento do modo de produção capitalista, cuja *lei geral da acumulação capitalista*, exposta por K. Marx, impõe uma forma particular do desenvolvimento capitalista; 2) compreender que este desenvolvimento não ocorre de forma linear e em etapas (nos termos de W. Rostow), mas, ao contrário, é resultado das mesmas leis, em última instância, da *lei geral*. Mas é necessário ir além, considerar a particularidade histórica do Brasil; 3) investigar que o subdesenvolvimento, apesar de permanecer ao longo das décadas, as suas formas e expressões se alteram, e não poderia ser diferente numa formação social dinâmica e contraditória como a capitalista. Isto impõe a necessidade de um estudo permanente do conteúdo e das expressões do subdesenvolvimento.

Este projeto de pesquisa propõe-se a investigar as expressões do subdesenvolvimento no Brasil no século XXI, período que não pode ser compreendido sem as transformações a partir do golpe de 1964, que instaurou a Ditadura e a contrarrevolução permanente. Visa-se pesquisar até que ponto o desenvolvimento capitalista no século XXI enfrentou os problemas fundamentais da formação nacional em seu caráter nuclear, ou se estas questões foram combatidas apenas em suas expressões mais visíveis. Isso subsidia a compreensão dos desafios atuais, como a agudização da questão social, a estagnação econômica, os ataques aos direitos sociais e as ações ideopolíticas que colidem com o que minimamente se estabeleceu na Constituição de 1988.

Para isso, são estabelecidos eixos de investigação:

1) Teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento: O pós-Segunda Guerra Mundial foi um período importante para a discussão teórica internacional sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a partir do debate de autores como A. Lewis, R. Nurkse, G. Myrdal, W. Rostow, entre outros. No Brasil, a discussão do pós-guerra envolveu autores críticos como C. Furtado, C. Prado Jr., F. Fernandes, O. Ianni, entre outros, que, sobretudo, depois de 1964, discutiram os bloqueios à superação do subdesenvolvimento brasileiro. Nos anos 2000, o debate envolveu novas teorias como o “novo-desenvolvimentismo” e o “social-desenvolvimentismo”. Analisar estas contribuições é imprescindível para desnudar a tese corrente de que para superar o subdesenvolvimento necessita-se de um “choque de capitalismo” no Brasil, para o qual se intensifica a agenda liberalizante e das contrarreformas.

2) Privatizações: As privatizações ganharam força nos anos 1990, iniciando por setores produtivos estatais, como siderurgia, mineração, e, posteriormente, envolvendo serviços públicos essenciais, como energia e telecomunicações, comprometendo, ao contrário do discurso neoliberal, o desenvolvimento do país. Nos últimos anos, essa discussão se ampliou para áreas estratégicas à soberania nacional (como petróleo), e tornaram-se mais sutis, na forma das Organizações Sociais, como na área da saúde.

3) Dívida pública: Desde os anos 1970, um dos determinantes do subdesenvolvimento do Brasil é a dívida pública, ainda que esta se alterou em magnitude e em composição. No primeiro momento a dívida era de natureza externa e privada, metamorfoseou-se para externa e pública e, desde os anos 1990, é predominantemente pública e interna. Esta condiciona e restringe os recursos para enfrentar as questões fundamentais supracitadas, exigindo-se, no período atual, alterações na Constituição (Emenda Constitucional n. 95, 2016) para limitar “as despesas primárias”, com fortes efeitos para políticas sociais e uma agenda de contrarreformas.

DATA DE INÍCIO: 01/03/2023

DOCENTES VINCULADOS AO PROJETO: DIOGO PRADO EVANGELISTA, VANESSA FOLLMANN JURGENFELD, CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES, RICARDO SILVESTRE DA SILVA, VALÉRIA CRISTINA DA COSTA, FERNANDO LEITÃO ROCHA JUNIOR, JOSÉ CARLOS FREIRE, MARCOS FÁBIO CARDOSO DE FARIA, FÁBIO FRAGA DOS SANTOS

ÁREA DA CONCENTRAÇÃO

2) ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

LINHA DE PESQUISA:

a) Fundamentos da política social, direitos sociais, lutas sociais e classes sociais

NOME DO PROJETO: ANÁLISE DA PECULIARIDADE DAS TENDÊNCIAS ATUAIS DE REGRESSIVIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL.

DESCRIÇÃO:

O projeto tem como finalidade investigar o movimento atual de regressividade das políticas sociais no Brasil, a partir do estudo sobre as novas funções econômicas e administrativas do Estado brasileiro no processo de acumulação de capital. Importante observar que estas funções do Estado brasileiro se explicam sobre dois aspectos correlacionados: 1) a peculiaridade do desenvolvimento atrofico do capitalismo dependente; 2) as determinações gerais do movimento autofágico do capitalismo monopolista sob as barreiras internas do capital. Estes dois aspectos explicitam a dinâmica da formação social do Brasil como resultado de dois movimentos distintos que se realizam numa unidade objetiva. O movimento de “fora para dentro” na formação originária da sociedade moderna no Brasil e sua realização interna sob as formas sociais e econômicas específicas que configuraram as relações sociais de “dentro para fora”.

O Estado nacional adquiriu um aspecto central na organização das classes dominantes no país tanto em sua polarização de classe social como nas suas funções econômicas para garantir o desenvolvimento dos novos padrões de acumulação capitalista. Desde o início, o Estado nacional se concretiza a partir de interesses externos do mercado mundial e seus respectivos países hegemônicos, assim como, nos ritmos históricos internos desta modernização sob a continuidade de aspectos culturais e políticos do período colonial. Estes elementos contribuem para analisar a gênese, amplitude e configuração social da democracia e das políticas sociais no Brasil. Como podemos observar, no período histórico da segunda metade do século XIX até a década de 1930, se articula organicamente: a) a associação dependente das classes dominantes do Brasil aos países hegemônicos do capitalismo; b) o desenvolvimento desigual interno; colocando na estrutura desta formação do capitalismo dependente a segregação social e racial tanto nos termos econômicos de classificação social do mercado como nos termos políticos de integração política do Estado moderno.

A pesquisa pretende analisar os quatro momentos históricos da formação do Estado, democracia e política social no Brasil. Primeiro, a transição histórica da democracia restrita do poder oligárquico da primeira república para os novos mecanismos de integração política do Estado novo. Neste período, emergem e se desdobram as primeiras expressões da questão social e das políticas sociais no país. Segundo, as pressões externas e internas sobre a democracia do Estado brasileiro, nas décadas de 1950/60. Estas pressões podem ser resumidas da seguinte maneira: o novo padrão de acumulação monopolista; as contradições do desenvolvimento econômico do setor urbano-industrial; e a crescente diferenciação do regime de classes. Terceiro, a consolidação das instituições econômicas e políticas do capitalismo monopolista e a reestruturação do Estado nacional (modernização conservadora) e a formação da autocracia burguesa no Brasil. Neste último, pretendemos investigar a complexidade das políticas sociais neste período com suas configurações sociais posteriores. Quarto, os limites da

modernização conservadora e as novas formas de organização econômica do capital autofágico, que se move a partir das incidências dos países imperialistas na região latino-americana, a partir da década de 1990. No lugar da modernização conservadora se colocou em movimento uma desestruturação do Estado e tendências de redução dos direitos sociais.

Estes quatro períodos históricos possibilitam investigar como, nestes últimos vinte anos, esta desestruturação do Estado brasileiro se apresentou na superfície da sociedade como ampliação e complexificação de alguns equipamentos das políticas sociais e dos direitos sociais, tais como, o Sistema Único de Assistência Social.

DATA DE INÍCIO: 01/03/2023

DOCENTES VINCULADOS AO PROJETO: RICARDO SILVESTRE DA SILVA, DIOGO PRADO EVANGELISTA, ANDRÉA KELMER DE BARROS, VANESSA FOLLMANN JURGENFELD, MÁRCIO ACHTSCHIN, JOÃO VICTOR LEITE, RAQUEL CRISTINA LUCAS MOTA, CIRO ANDRADE DA SILVA, ANDRÉ MOULIN DARDENGO

LINHA DE PESQUISA:

b) Trabalho, Organização Institucional e Práticas Profissionais

NOME DO PROJETO: EXPROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

DESCRIÇÃO:

Nas últimas décadas, o “mundo do trabalho” teve amplas e profundas alterações, em várias dimensões, tais como: 1) alteração na composição setorial do emprego: o emprego na agricultura e na indústria perdeu participação, e o do setor de serviços cresceu exponencialmente. No total dos empregados dos Estados Unidos (país selecionado para ilustrar, uma vez que possui longas séries estatísticas gratuitas e também pelo que representa, em termos capitalista, para a economia mundial), a agricultura participava com 36,4% em 1990, reduziu esta participação para 11,5% em 1950, e apenas 1,4% em 2010. Esta tendência ocorreu com o emprego industrial nas últimas décadas: este representava 19,4% do total dos empregados nos Estados Unidos em 1900, 24,5% em 1950, e 9,2% em 2010. Tendência contrária ocorreu com o emprego no setor de serviços, pois este representava 6,1% dos empregos nos Estados Unidos em 1900, 8,7% em 1950 e 45,3% em 2010. Neste não se considerou as atividades financeiras, do comércio e do governo. Vale dizer que se consideradas estas

atividades como constitutivas dos chamados serviços, como geralmente se faz, esta participação cresce significativamente, em 2010, salta de 45,3% para 68,8% (U.S. Bureau of Labor Statistics (www.bls.gov); U.S. Census Bureau, Statistical Abstract of the United States, vários anos (www.census.gov)). O emprego no Brasil não fica ileso a esta tendência; 2) flexibilização das relações de trabalho, acarretando, em média, precarização destas relações e restrição de direitos; 3) combinação de processos produtivos com tecnologias extremamente avançadas (robótica, microeletrônica etc.) com relações de trabalho precarizadas; 4) intensificação da expropriação das condições de trabalho e também de direitos sociais.

Sobre esta última temática, da expropriação, diversos autores, nos últimos anos, têm se dedicado, dentre eles: Michael Perelman, Massimo de Angelis, David Harvey, Virgínia Fontes, Ellen Wood, Ivanete Boschetti e Elaine Behring. A discussão se concentrou em dois eixos basicamente, a saber: 1) se a expropriação é apenas o ponto inaugural do modo capitalista de produção ou se se apresenta de forma contínua no desenvolvimento capitalista; 2) a relação e distinção entre expropriação e a exploração do trabalho pelo capital. Atreladas a estes eixos, surgem teses importantes como aquelas que alargam a expropriação para além das condições de trabalho, por exemplo, expropriação dos direitos sociais, bem como aquelas que associam a expropriação contemporânea como resultado e exigência do movimento mais avançado do desenvolvimento capitalista, pois, neste caso, a expropriação cria novos campos de valorização do capital e reforça as condições de exploração tipicamente capitalistas.

O que aqui se pretende investigar, em linhas gerais, é a relação entre as transformações do “mundo do trabalho” e expropriações contemporâneas. Em termos específicos, visa-se pesquisar: 1) a relação entre o revolucionamento dos processos de produção pelo capital e o processo de expropriações contemporâneas, a relação entre a tendência ao aumento da taxa de mais-valia e as expropriações; 2) as particularidades das expropriações contemporâneas nos países dependentes, subdesenvolvidos; 3) as alterações e particularidades do “mundo do trabalho” no Vale do Mucuri.

DOCENTES VINCULADOS AO PROJETO: VANESSA JULIANA DA SILVA, JOÃO VICTOR LEITE, VALÉRIA CRISTINA DA COSTA, MÁRCIO PASCHOINO LUPATINI, FERNANDO LEITÃO ROCHA JUNIOR, VANESSA FOLLMANN JURGENFELD

12) VÍNCULO DE DOCENTES ÀS DISCIPLINAS

INFORMAÇÃO CONSTA NA PLATAFORMA SUCUPIRA (VER ITEM 06)

13) ATIVIDADE DOS DOCENTES

INFORMAÇÃO CONSTA NA PLATAFORMA SUCUPIRA

14) INFRAESTRUTURA

LABORATÓRIO DE PESQUISA

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) do Campus do Mucuri, em parceria com a Diretoria de Comunicação (Dicom), está desenvolvendo o Projeto Papel de Parede.

Com o objetivo de levar mais informações aos alunos, o projeto utiliza as telas dos 277 (duzentos e setenta e sete) computadores instalados nos Laboratórios de Informática da Instituição como um mural digital.

Nas telas dos computadores são veiculadas informações importantes sobre os serviços prestados no Campus, como agenda de eventos e campanhas educativas.

Para aprimorar o projeto, a DTI deixa espaço aberto* para que todos do Campus do Mucuri sugiram temas a serem trabalhados em campanhas educativas ou divulguem informações, que sejam de interesses de todos os alunos, nesse interessante veículo de comunicação.

95 computadores - Modelo: HP Compaq dc5850 Microtower

Sistema Operacional: Windows XP

19 computadores - Modelo: Dell Optiplex 9020

Sistema operacional: Windows 7 Professional 64-bits

CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA

Dados do sistema de bibliotecas da UFVJM - 2018

O Sistema de Bibliotecas da UFVJM é subordinado à Reitoria e composto por cinco Bibliotecas Universitárias, sendo duas no Campi de Diamantina, uma no Campus de Teófilo Otoni, uma no Campus Janaúba e uma no Campus Unaí. Dispõe de uma coleção direcionada para as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciência e Tecnologia.

O SIGA–Biblioteca é o software utilizado atualmente para gerenciamento dos serviços prestados pelas Bibliotecas da UFVJM e foi implantado em março de 2012. No entanto, a UFVJM já adquiriu o Pergamum para gestão das bibliotecas e este software será instalado no Sistema de Bibliotecas nestes próximos meses.

Em 2013 foram criadas 11 unidades de atendimento com acervo da biblioteca nos polos para atender aos cursos EaD.

As bibliotecas da UFVJM têm contribuído de modo efetivo para a disseminação da informação e do conhecimento, prestando serviços ao público interno e externo. Acompanhando o processo de expansão da Universidade, com a criação de novos cursos de Graduação e Pós-Graduação, houve também a ampliação, sem precedentes, de aquisição significativa de acervo bibliográfico. Possui acesso a todas as Normas Técnicas da ABNT, desta forma, a biblioteca dispõe de acervo compatível com a proposta do programa a ser implantado.

Através de convênio da UFVJM com o IBICT, foi cedido, em comodato, equipamentos de informática para implementar o Repositório Institucional – RI, espelhando a produtividade científica dos alunos de Pós-Graduação stricto sensu, docentes e pesquisadores da UFVJM.

Em agosto/2011, foi inaugurado o novo prédio da Biblioteca do Campus do Mucuri, mais amplo e adequado às necessidades dos usuários. No Campus JK, a Biblioteca Central, possui um espaço de 5.937m², em funcionamento desde abril 2016.

No ano de 2013, o acervo bibliográfico cresceu significativamente, com recursos provenientes do Tesouro Nacional e da Sesu/MEC. Percebe-se uma aceleração do ritmo do crescimento do acervo tanto em número de títulos, quanto de exemplares.

Os recursos financeiros destinados ao Sistema de Bibliotecas proporcionaram o planejamento e a melhora na organização do processo de aquisição de material bibliográfico, realizada uma vez ao ano, instituindo uma gestão democrática e participativa dos docentes na formação do acervo desta IFE.

1. Serviços oferecidos:

I- Consulta ao acervo local;

II- Empréstimo domiciliar;

III- Empréstimo entre bibliotecas;

IV- Acesso remoto à base de dados para consulta, reserva e renovação de empréstimos;

- V- Serviço de comutação bibliográfica (COMUT);
 - VI- Orientação sobre normalização bibliográfica;
 - VII- Elaboração de ficha catalográfica para dissertações e teses;
 - VIII- Orientação e treinamento de usuários no uso de base de dados;
 - IX- Visita orientada à biblioteca;
 - X- Disponibilização de armários para usuários durante a permanência nas bibliotecas;
 - XI- Computadores para consulta ao acervo e pesquisa;
 - XII- Emissão da Declaração de Nada Consta.
2. Relação dos Títulos e Exemplares – 2018:
- 2.1. Títulos: 25.698;
 - 2.2. Exemplares: 130.053;
 - 2.3. Repositório Institucional: 856 dissertações e teses;
 - 2.4. Normas da ABNT: Coleção completa.
3. Perfil Técnico Administrativo das Bibliotecas – 2018:
- Bibliotecários: 15;
- Secretária-Executiva: 01;
- Assistentes em Administração: 15;
- Contratados: 09.
4. Quantidade de Computadores ligada à internet:
- 4.1. Campus I (Administrativos: 05; Usuários: 15);
 - 4.2. Campus JK (Administrativos: 14; Usuários: 15);
5. Espaço físico 2018:
- 5.1. Campus I: 506,76m²;
 - 5.2. Campus JK: 5.937m²;
 - 5.3. Campus Mucuri: 1.080,60m²;
 - 5.4. Campus Janaúba: 90m²;
 - 5.5. Campus Unai: 140m².
6. Mesas/cadeira para estudo:
- 6.2. Campus Mucuri: 10 cabines de estudo em grupo com 6 cadeiras cada cabine (60 alunos); 19 mesas com 5 cadeiras para estudo em grupo (95 alunos).

15) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÕES:

A presente proposta vem sendo construída desde 2018, por um grupo de docentes da UFVJM, que estão em sua maioria articulados aos cursos de Serviço Social e Ciências Econômicas, que buscam com esta proposta garantir a existência de um curso de pós-graduação na região, pautado no pensamento crítico, tendo em vista que não existe uma proposta similar na região.

Não foi possível enviar a proposta no último calendário da CAPES, devido a mudança de reitoria exatamente no momento em que o calendário estava aberto, sendo uma opção da pró-reitoria que estava saindo não enviar tal proposta para avaliação, o que estamos realizando neste momento.

Cabe também destacar que a partir do ano de 2020, vivemos a pandemia do COVID-19, o que trouxe consequências tanto na organização do trabalho e desenvolvimento das atividades na graduação, como também na saúde dos docentes, o que impactou em alguma medida na capacidade de produção bibliográfica de alguns docentes. Além disto, alguns docentes concluíram seus doutoramentos recentemente, durante a pandemia.

Assim, devemos destacar que a produção bibliográfica deverá ser adensada a partir do desenvolvimento do curso, caso seja aprovado, pois este é um compromisso do corpo docente, para que possamos desenvolver esta pós-graduação com os padrões de produtividade necessário para o mesmo.

16) DOCUMENTOS

DOCUMENTOS ANEXOS NA PLATAFORMA SUCUPIRA

17) FINALIZAR PROPOSTA

PROPOSTA FINALIZADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - PPGPSDR
REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO DO CURSO FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha / Campus Mucuri – UFVJM –, doravante denominado de PPGPSDR, destina-se a oferecer de forma regular, contínua e gratuita o curso de Pós-Graduação *stricto sensu* interdisciplinar no nível de Mestrado Acadêmico.

Art. 2º. O PPGPSDR de natureza acadêmica e caráter interdisciplinar tem por finalidade realizar a formação científica e o aperfeiçoamento da qualificação de profissionais que atuam no campo das humanidades, em instituições públicas e privadas, bem como na docência tendo como objetivos:

I – Qualificar para o magistério de nível superior, visando a expansão do ensino e da pesquisa interdisciplinar, comprometido com o avanço do conhecimento;

II – Qualificar profissionais de áreas diversas no campo das humanidades, visando o exercício de atividades profissionais e técnicas no espaço público e privado;

III – Capacitar profissionais para a condução de investigações no âmbito do desenvolvimento econômico e política social, fomentando a pesquisa nestas áreas;

IV – Enriquecer as reflexões teóricas no âmbito do pensamento social, realidade brasileira e regional das áreas dos profissionais participantes do programa;

V – Proporcionar aos discentes formação científica, tecnológica e artístico-cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa.

Art. 3º.– O PPGPSDR é regido pela legislação universitária pertinente, pela Regulamentação Geral da Pós-Graduação *stricto sensu* e pela Resolução 17/2018 do CONSEPE da UFVJM, pelas demais normas e orientações estabelecidas pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM e pelo presente Regimento.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

CAPÍTULO I
DAS ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES PARA O COLEGIADO DO PPGPSDR

Art. 4º. O Colegiado do PPGPSDR será composto por:

I – 01 (um) Coordenador, docente permanente, como membro nato que exercerá a função de presidente e com voto comum e de qualidade;

II – 01 (um) Vice Coordenador, docente permanente, como membro nato que exercerá a função de vice-presidente;

III – 04 (quatro) representantes docentes permanentes do PPGPSDR;

IV – 01 (um) representante discente do PPGPSDR.

§ 1º Os representantes descritos no item III serão eleitos entre seus pares de cada linha de pesquisa, com suplente vinculado e mandato de dois anos.

§ 2º O representante no item IV será eleito entre seus pares, com mandato de um ano com direito à reeleição e um suplente com mandato vinculado;

§ 3º A eleição de todos os membros, exceto o representante discente, se dará em uma mesma data.

Art. 5º. No caso de vacância do cargo de Coordenador, durante a primeira metade do mandato, assumirá o Vice-coordenador que, no prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da vacância, promoverá nova eleição para o cargo.

§1º Caso a vacância ocorra durante a segunda metade do mandato, o Vice-coordenador assumirá e completará o mandato.

§2º No caso de vacância dos cargos de Coordenador e Vice-coordenador, a qualquer tempo, assumirá o decano do colegiado de curso que, no prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da vacância, promoverá nova eleição para o cargo.

§3º Nos casos previstos no *caput*, o mandato dos substitutos eleitos será o período complementar ao mandato dos demais membros do Colegiado.

Art. 6º. Nas eleições será observado o seguinte:

I – Salvo nos casos previstos no Estatuto ou no Regimento Geral do UFVJM, caberá ao presidente do colegiado, cujo mandato se encerra, nomear comissão eleitoral que convocará as eleições com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira chamada e 03 (três) dias em segunda;

II – Salvo nos casos previstos no Estatuto ou no Regimento Geral da UFVJM, as eleições serão feitas por votação secreta;

III – Nas eleições, bem como nas simples indicações ou designações de nomes, serão considerados eleitos, indicados ou designados, os candidatos mais votados, salvo disposição expressa na regulamentação da constituição de colegiado;

IV – Nas eleições de representantes em órgãos colegiados serão eleitos os respectivos suplentes, com mandatos vinculados aos dos efetivos.

Art. 7º. Nas eleições dos representantes docentes ou técnico-administrativos, sempre que houver empate, será considerado eleito o mais antigo no exercício das suas funções na Universidade. No caso de persistir o empate, será considerado eleito o mais idoso, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO

Art. 8º. As reuniões do colegiado serão convocadas pela presidência, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis para as reuniões ordinárias e com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para as reuniões extraordinárias e, em qualquer caso, mencionando-se o assunto a ser tratado, salvo se for considerado reservado. As reuniões extraordinárias serão convocadas pela presidência, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As convocações das reuniões ordinárias e extraordinárias serão feitas por aviso pessoal, via correio eletrônico, e devem ser direcionadas aos membros titulares e respectivos suplentes.

§ 2º Caberá ao titular a responsabilidade de chamada do suplente para substituí-lo na respectiva reunião.

§ 3º Juntamente com a convocação serão disponibilizadas cópia da ata da reunião anterior e cópias de pareceres ou projetos de resolução a serem apreciados.

§ 4º Em caso de reunião extraordinária a ordem do dia será restrita à discussão e votação da matéria que a determinou.

Art. 9º. O comparecimento dos membros a reuniões de órgãos colegiados é obrigatória e prevalece em relação a qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa e extensão na Universidade, exceto com justificativa devidamente comprovada.

§ 1º É preferencial o comparecimento a reuniões de órgãos colegiados de hierarquia superior.

§ 2º Perderá o mandato o membro representante que, sem causa aceita como justa pelo órgão, faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) intercaladas.

Art. 10. Nas faltas ou impedimentos eventuais do Presidente do Colegiado, a Presidência será exercida pelo seu substituto legal e, na ausência deste, pelo decano, que será o membro docente mais antigo no exercício do magistério na Universidade, considerando-se o cargo em exercício ou, em igualdade de condições, o mais idoso, observadas as restrições da lei e do Estatuto da Universidade para o exercício da Presidência de órgãos colegiados.

§ 1º No caso de impedimento ou recusa do mais antigo, será observada a sequência decrescente de antiguidade no magistério, com o mesmo critério de desempate.

§ 2º O membro de colegiado que, por assumir funções de decano, passar a integrar o mesmo ou outro órgão como membro nato eventual, poderá ser automaticamente substituído na função de que se afastou, por seu suplente ou substituto legal, enquanto durar a situação.

Art. 11. As reuniões dos colegiados compreenderão uma parte do expediente destinada à discussão e votação de ata e a comunicações, e outra relativa à ordem do dia, na qual serão apreciados os assuntos da pauta e, para cada um destes, haverá uma fase de discussão e outra de votação.

§ 1º Por decisão do Plenário, após aprovação da ata, poderá ser alterada a ordem dos trabalhos, suspensa a parte de comunicações, dada a preferência ou atribuída urgência a determinados assuntos, bem como a retirada de itens da pauta.

§ 2º Será concedida vista de processo ao membro do Colegiado que a solicitar, desde que antes da fase de votação. Depois de realizado o pedido de vistas a matéria, assim como o parecer de quem pediu vistas, serão apresentados na reunião subsequente, ordinária do Conselho, salvo quando o assunto for considerado urgente, quando a matéria voltará sete dias depois da reunião ordinária, quando não mais será autorizada vista do processo.

§ 3º No regime de urgência, declarado na abertura dos trabalhos, impedirá a concessão de vista, a não ser para exame do processo no decorrer da própria reunião.

§ 4º É exigida aprovação do Plenário para que processos sejam baixados em diligência.

Art. 12. Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e no Regimento Geral da UFVJM, o Colegiado funcionará com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§1º Entende-se por maioria absoluta qualquer número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros do órgão colegiado.

§2º A ausência de determinada classe de representantes não impedirá o funcionamento do colegiado.

§3º Na apuração do quórum serão computadas apenas as representações e os cargos efetivamente preenchidos.

§4º Quaisquer que sejam sua natureza e duração, as férias, as licenças e os afastamentos temporários impedem a participação de membros dos colegiados nas respectivas reuniões.

§5º Excepcionalmente, a critério do plenário e por solicitação prévia à presidência, o Colegiado poderá ouvir convidados especiais, sempre que necessário para a melhor apreciação de matéria específica.

§6º As reuniões de caráter solene serão realizadas com qualquer número de membros presentes, franqueando-se a entrada a todos os interessados.

§7º As reuniões do Colegiado terão sempre o caráter público, sendo abertas ao público em geral, cabendo a sua organização e funcionamento à Coordenação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, ficando proibido ao público voz e voto, exceto nos casos em que o colegiado assim autorizar.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Art. 13. O Colegiado do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* PPGPSDR é a instância deliberativa máxima e compete:

I – Coordenar as atividades didáticas, acadêmicas, científicas e administrativas pertinentes ao PPGPSDR;

II – Propor alterações no Regimento Interno do PPGPSDR, submetendo-as, após aprovação, à homologação do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação – CPPG/UFVJM;

III – Aprovar o calendário e o plano de atividades do PPGPSDR;

IV – Estabelecer os critérios específicos para credenciamento e descredenciamento de docentes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

V – Estabelecer os critérios específicos de seleção de candidatos e o número de vagas, bem como, nomear a Comissão Julgadora que conduzirá o processo seletivo;

VI – Nomear Comissão de Bolsas de acordo com a legislação vigente;

VII – Designar, entre os professores do PPGPSDR, os membros das comissões permanentes e eventuais do PPGPSDR, quando houver necessidade;

- VIII – Designar a Comissão de Seleção dos Processos Seletivos para ingresso no PPGPSDR, aprovar seu calendário, sistemática de trabalho e homologar seu relatório final;
- XIX – Designar orientadores e coorientadores, quando for o caso, aos estudantes do curso de PPGPSDR;
- X – Definir as linhas de pesquisa de atuação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- XI – Definir o currículo do curso e as suas alterações;
- XII – Decidir sobre o aproveitamento de créditos obtidos em outros PPGPSDR, enviando os requerimentos deferidos à PRPPG para os devidos lançamentos no histórico acadêmico;
- XIII – Decidir sobre a solicitação de dilação de prazo de conclusão do curso, de acordo com as normas estabelecidas pela UFVJM e pelo Regimento Interno do programa;
- XIV – Estabelecer normas para a mudança direta de nível, submetendo-as, após aprovação, à homologação do CPPG/UFVJM;
- XV – Aprovar o plano de aplicação dos recursos financeiros alocados ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- XVI – Propor os convênios de interesse para as atividades do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que deverá ser tramitado nas instâncias administrativas superiores;
- XVII – Realizar o planejamento estratégico com definição de metas para melhoria do conceito CAPES, expansão do programa, ou a sua manutenção, no caso de o programa ter o conceito máximo;
- XVIII – Julgar, em grau recursal, as decisões da Coordenação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*;
- XIX – Aprovar as normas internas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, submetendo-as à homologação do CPPG/UFVJM;
- XX – Deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas por lei, ou pelo Estatuto da UFVJM, na esfera de sua competência.

§1º Outras atribuições e competências dos colegiados poderão ser definidas no seu Regimento Interno, respeitada a legislação vigente, o Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM e esta Resolução.

§2º Das decisões do colegiado caberá recurso, em primeira instância, ao CPPG/UFVJM e, posteriormente, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM, sem prejuízo de outras instâncias.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO

Art. 14. O PPGPSDR será administrado por uma Coordenação, instância executiva das decisões emanadas pelo colegiado do respectivo curso.

Art. 15. A Coordenação do PPGPSDR será exercida por um Coordenador e um Vice-coordenador, com titulação de doutor, escolhidos dentre os docentes permanentes do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Parágrafo Único: O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos conforme procedimentos definidos neste Regimento.

Art. 16. São atribuições da Coordenação dos PPGPSDR:

I – Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como as deliberações da PRPPG e do CPPG/UFVJM;

II – Aprovar os membros para constituição das bancas examinadoras de defesa de dissertação, de trabalho de conclusão ou de tese;

III – Assegurar as atividades acadêmicas e administrativas do curso acompanhando o desenvolvimento e o desempenho do mesmo no sentido de garantir as sua finalidade e objetivos;

IV – Convocar e presidir as Comissão do Programa;

V – Supervisionar a execução dos planos e projetos aprovados pelo Programa;

VI – Receber e informar quaisquer recursos e dar os devidos encaminhamentos;

VII – Encaminhar à PPRPG ou ao Colegiado do curso quaisquer consultas, solicitando providências necessárias ao funcionamento regular do Programa;

VIII – Representar o Programa e em qualquer instância onde essa representação se fizer necessária;

IX – Apresentar quando for solicitado relatório anual das atividades do Programa;

X – Propor os planos de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do Colegiado do Programa;

XI – Elaborar propostas de editais de seleção encaminhando-as ao Colegiado do Programa;

XII – Delegar competência para a execução de tarefas específicas;

XIII – Decidir *ad referendum* assuntos urgentes da competência do Colegiado do Programa.

XIV – Fazer cumprir este Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

XV – Convocar e presidir as reuniões do colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

XVI – Zelar pela representatividade do colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, de acordo com o Regimento Interno;

XVII – Representar o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sempre que se fizer necessário;

XVIII – Submeter ao CPPG/UFVJM os assuntos que requeiram análise dos órgãos superiores;

XIX – Encaminhar ao CPPG/UFVJM as propostas de alterações curriculares aprovadas pelo colegiado;

X – Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais vinculados ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

XI – Gerir os recursos financeiros alocados no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, de acordo com o plano de aplicação determinado pelo colegiado deste;

XII – Solicitar aos docentes do curso, a cada semestre letivo, a oferta das disciplinas e demais atividades didático-acadêmicas;

XIII – Dar conhecimento às instâncias superiores nos casos de transgressão disciplinar docente e, ou discente;

XIV – Desempenhar as demais atribuições inerentes à sua função, determinadas em lei ou pelo Estatuto e Regimento Geral da UFVJM, na esfera de sua competência, bem como aquelas determinadas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Parágrafo Único: Nas faltas ou impedimentos eventuais do coordenador, suas atribuições serão exercidas pelo vice-coordenador e, na falta deste, pelo decano do Colegiado.

Art. 17. O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, na forma definida no Regulamento Geral dos PPGPSDR da UFVJM, permitida uma recondução.

Art. 18. O Vice-Coordenador substituirá o Coordenador em suas faltas e impedimentos e o sucederá definitivamente se o afastamento se der após decorrido mais da metade do mandato.

§ 1º Se o afastamento ou impedimento do Coordenador se der no decorrer da primeira metade de seu mandato, o Vice-Coordenador assumirá a Coordenação do Programa e terá o prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o Colegiado, a fim de proceder a um novo processo eleitoral, para a indicação do Coordenador.

§ 2º Nas faltas e impedimentos do Coordenador e do Vice-Coordenador, assumirá a Coordenação do Programa o decano do Colegiado.

§ 3º O Decano, ao assumir a Coordenação do Programa no caso de afastamento definitivo do Coordenador e do Vice-Coordenador, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o Colegiado para desencadear o processo eleitoral de escolha do Coordenador.

CAPÍTULO V DO CORPO DOCENTE

Art. 19. O corpo docente do Programa será constituído por professores permanentes, colaboradores e visitantes, com título de doutor ou equivalente, de acordo com o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFVJM.

§ 1º Serão considerados professores permanentes aqueles que desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e orientação no Programa.

§ 2º Serão considerados professores colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atenderem a todos os requisitos para ser enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, mas participarem, de forma sistemática, do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de atividades de ensino, extensão e/ou orientação de estudantes, independentemente de possuírem vínculo com a instituição.

§ 3º Serão considerados professores visitantes, aqueles que colaborarem por um período contínuo de tempo ou em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividade de ensino no Programa, permitindo-se que atuem como orientadores, conforme legislação vigente.

Art. 20. O credenciamento para ingresso de novos docentes no Programa será feito mediante requerimento enviado ao Colegiado do Programa, que realizará a análise do pedido e os devidos encaminhamentos, observando a pertinência para o Programa.

Parágrafo Único: O docente poderá ser credenciado em mais de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, respeitada a legislação vigente e as orientações da CAPES.

Art. 21. Os docentes que não cumprirem os requisitos correspondentes à classe a que estiverem vinculados (professor permanente, colaborador ou visitante) poderão, por decisão do Colegiado, ser desligados ou reclassificados.

Art. 22. O credenciamento de docentes para a orientação de dissertações deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa, levando-se em consideração sua vinculação à área de concentração e linhas de pesquisa.

§ 1º Cada docente orientador poderá encarregar-se simultaneamente de até 04 orientações;

§ 2º O Colegiado do Programa poderá deliberar sobre o número maior de orientações em casos excepcionais e devidamente justificados;

§ 3º Ao orientador compete:

I – Orientar o estudante na inscrição em disciplinas;

II – Acompanhar o aproveitamento acadêmico do estudante;

III – Orientar o estudante na pesquisa de dados e/ou bibliográfica, para a elaboração da Dissertação na linha de pesquisa na qual está inserido;

IV – Orientar o estudante em todo o processo de elaboração da Dissertação;

V – Presidir a banca examinadora dos atos acadêmicos e da Dissertação.

TÍTULO III DA ORIENTAÇÃO E COORIENTAÇÃO DO DISCENTE

Art. 23. O orientador deverá ser escolhido até o segundo semestre do curso, supervisionará os estudos, as pesquisas e as outras atividades relacionadas à elaboração e à defesa da dissertação do candidato ao título de Mestre.

§ 1º A solicitação de orientação deverá ser formalizada pelo estudante, na Coordenação do Programa em formulário próprio, até o final do primeiro semestre do curso, que deverá ser aprovada pelo Colegiado do Programa.

§ 2º Caso o estudante não formalize o pedido de orientação, a Coordenação do Programa proporá ao Colegiado o nome para orientação, observando o § 1º do artigo 22, a partir do segundo semestre de matrícula do estudante.

Art. 24. O orientador deve ser credenciado no PPGPSDR, integrar seu corpo docente e ser portador de título de Doutor ou equivalente, conferido por instituição reconhecida e credenciada como tal.

Art. 25. Em casos excepcionais, e com a devida justificativa do orientador e a aprovação do Colegiado do Programa, poderá ser indicado um coorientador, com o título de Doutor ou equivalente, destinado a um único pós-graduando.

Art. 26. Cabe, especificamente, ao orientador:

I – Orientar a elaboração do plano de disciplinas a serem cursadas pelo discente;

II – Orientar a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo discente.

III – Contribuir com a captação e disponibilizar dos recursos financeiros adequados à execução do projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo discente, conforme o caso.

Art. 27. A relação orientando/orientador deverá cumprir determinação da CAPES, considerados todos os Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* dos quais o docente participar como permanente.

Art. 28. Até 06 meses do término do prazo normal do curso, o discente poderá requerer mudança do orientador.

Parágrafo Único: A mudança de orientador de que trata o *caput*, apenas será permitida quando devidamente justificada, com o aval do orientador anterior e a critério do Colegiado do Programa em função da disponibilidade e aceite de novo orientador.

TÍTULO IV DA SELEÇÃO E ADMISSÃO DOS CANDIDATOS

Art. 29. O ingresso no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* se dará por meio de processo seletivo público realizado conforme edital específico para tal finalidade, publicado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação no seu sítio.

§1º A seleção será realizada por comissão julgadora designada exclusivamente para essa finalidade, composta por docentes vinculados ao programa.

§2º O docente firmará declaração de não suspeição fundada no não impedimento de participação como membro da comissão julgadora no processo seletivo em face de não haver candidato inscrito no processo que seja seu parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, enteado, cônjuge ou companheiro, ou tiver sido, bem como, que possua amizade íntima ou inimizade declarada.

Parágrafo Único: Serão reservadas vagas cotistas (negros, pardos e povos originários) no edital e de acordo com o regulamento da UFVJM.

Art. 30. À Comissão de Julgadora compete:

I – Promover a seleção dos candidatos inscritos seguindo fielmente os critérios determinados no edital específico;

III – Atender às solicitações de vistas e recursos;

IV – Encaminhar à PRPPG, para publicação, o resultado de todas as etapas, bem como o resultado final do certame;

V – Cumprir com as normas estabelecidas pelo CONSEPE que regulamentam a elaboração dos editais de seleção para o ingresso nos PPGPSDR.

Art. 31. Para a inscrição deverá ser observado os seguintes requisitos:

- I – Requerimento de inscrição;
- II – Histórico Escolar da graduação com integralização de curso;
- III – Documentos de identificação (CPF e Identidade);
- IV – Diploma de graduação que comprove ter concluído curso de graduação devidamente reconhecido, validado ou revalidado;
- V – Currículo Lattes atualizado;
- VI – Comprovante de residência;
- VII – Diploma de proficiência de línguas (inglês, francês e espanhol), caso possua;
- VIII – Proposta de Projeto de Pesquisa.

Art. 32. O edital de seleção a ser aprovado em Colegiado de Curso para cada processo deverá conter:

- I – Número de vagas;
- II – Qualificações específicas exigidas do(a) candidato;
- III – Cronograma, etapas e critérios do processo seletivo;
- IV – Condições para seleção dos cotistas.

Parágrafo Único: O edital de seleção será encaminhado pelo Curso, via Unidade de Ensino, à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação para análise técnica, homologação e publicação.

Art. 33. A seleção dos candidatos será feita com base no mérito, segundo os procedimentos e responsabilidades fixados no Edital Público, neste Regimento, na Regulamentação Geral da Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG e deverá contar com as seguintes etapas de seleção:

- I – Prova escrita (eliminatório);
- II – Projeto de pesquisa (eliminatório);
- III – Entrevista (eliminatório);
- IV – Análise do Currículo Lattes (classificatório);
- V – Prova de proficiência de língua (classificatório).

§ 1º Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota superior a 6 (seis) nas etapas eliminatórias.

§ 2º A nota final classificatória será a média das notas obtidas nas etapas avaliadas previstas no art. 20.

§ 3º O candidato deverá estar presente em todos os momentos da seleção, sendo automaticamente desclassificado aquele que não comparecer a quaisquer etapas do processo.

Art. 34. Caso o candidato não tenha comprovação de proficiência de língua estrangeira, o mesmo deverá realizar prova para verificar a capacidade de leitura em um idioma estrangeiro, conforme previsão do Edital de Seleção do Programa.

Parágrafo Único: Os candidatos que não forem aprovados nesta etapa, deverão repetir a prova na próxima seleção, ou apresentar certificado de proficiência de língua estrangeira durante o primeiro ano do curso, que será analisado pelo Colegiado do Programa.

Art. 35. Serão considerados aprovados todos os candidatos que atingirem o grau mínimo definido em edital para todas as etapas do processo seletivo e estiverem presentes no exame de proficiência.

Art. 36. Serão considerados classificados os candidatos aprovados que, pela nota final resultante dos critérios estabelecidos em edital em ordem decrescente.

Art. 37. Não havendo o preenchimento de vagas destinadas a cotistas, nos termos do art. 17 § único, as mesmas ficam disponíveis para os demais candidatos aprovados observando a ordem de classificação.

Art. 38. Ao final de cada processo seletivo, o Coordenador do Programa deverá encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a Ata de Seleção, com o número de candidatos inscritos, os nomes dos candidatos aprovados e classificados a documentação do aluno, para os procedimentos cabíveis.

TÍTULO V DA MATRÍCULA E DO REGIME DIDÁTICO

Art. 39. A matrícula para ingresso no PPGPSDR ocorrerá em data fixada pelo calendário da PRPPG, conforme especificado no edital do processo seletivo correspondente.

Parágrafo Único: Perderá o direito à vaga o candidato aprovado no processo seletivo que não comparecer no período determinado para fazer sua matrícula.

Art. 40. Em cada período letivo, na época fixada pela PRPPG, todo discente deverá se matricular ou efetuar a renovação da mesma.

§1º Fica a renovação de matrícula permitida apenas aos discentes que não tiverem pendências documentais e, ou acadêmicas junto à UFVJM.

§2º A matrícula na disciplina Pesquisa Orientada é obrigatória em todos os períodos letivos. Somente será registrada no histórico final a última matrícula na referida disciplina com a atribuição do conceito S (satisfatório) resultante da defesa da tese ou dissertação.

Art. 41. O discente poderá solicitar o trancamento de sua matrícula por uma única vez e pelo prazo de um período letivo.

Parágrafo Único: O pedido motivado de trancamento de matrícula, com a aprovação do orientador e do colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, deverá ser encaminhado à PRPPG para registro no histórico acadêmico.

Art. 42. A falta de renovação de matrícula no período previsto no calendário da PRPPG implicará em desligamento do discente, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único: O discente bolsista que abandonar o curso deverá restituir ao erário os valores referentes às bolsas recebidas, devidamente corrigidos de acordo com os índices oficiais, conforme processo administrativo que lhe resguardará o contraditório e a ampla defesa.

Art. 43. O cancelamento de matrícula em disciplina será permitido somente nos casos em que a Coordenação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* solicitar oficialmente à PRPPG.

§1º O discente não poderá cancelar todas as disciplinas em que efetuou matrícula no semestre vigente.

§2º O cancelamento de matrícula em disciplina só poderá ser concedido uma vez para cada disciplina.

Art. 44. As disciplinas serão representadas por códigos, sendo estes determinados pela união de três letras maiúsculas acompanhadas por três algarismos entre 500 e 999 de acordo com o conteúdo e enfoque do programa analítico do respectivo curso.

§1º As letras que antecedem os algarismos deverão ser as mesmas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e deverão, de preferência, fazer referência ao nome do mesmo.

§2º Disciplinas oferecidas por outros Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* permanecerão com código de origem.

Art. 45. O sistema de avaliação nas disciplinas será o de conceito, conforme tabela abaixo:

Nota-conceito	Conceito	Equivalência de notas*
Aprovado	A	90 – 100
Aprovado	B	75 – 89,9
Aprovado	C	60 – 74,9
Reprovado	R	00 – 59,9
Incompleto	I	Não pertinente
Satisfatório	S	Não pertinente
* = nota estabelecida em porcentagem do aproveitamento.		

§1º Será atribuído o conceito **I** (incompleto) à disciplina de pesquisa orientada, cuja matrícula for efetuada no decorrer do curso. Esse conceito será suprimido do histórico final, quando será registrado conceito **S** (satisfatório) resultante da defesa da tese ou dissertação.

§2º O conceito **S** (satisfatório) será atribuído ao discente que cumprir satisfatoriamente os requisitos relacionados a disciplinas obrigatórias no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que não são computadas para fins de totalização de créditos.

Art. 46. Ao término de cada período letivo será calculado o coeficiente de rendimento, a partir da soma do número de créditos de cada disciplina, multiplicado pelos valores 3, 2 e 1, atribuídos aos conceitos A, B e C, respectivamente, e dividido pelo número total de créditos das respectivas disciplinas.

Parágrafo Único: Para o cálculo do coeficiente de rendimento, o valor será representado com uma casa decimal, que será arredondada para o algarismo imediatamente superior, caso a segunda casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 47. O discente que obtiver conceito R numa disciplina oferecida pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* deverá repeti-la, sendo que esse conceito será suprimido do histórico final, quando será registrado o último conceito obtido.

Art. 48. Os créditos de disciplinas com conceitos R, I ou S não serão computados, na contagem de créditos mínimos exigidos para a integralização do curso.

Art. 49. Será reprovado, para todos os efeitos previstos neste Regimento, o discente que não alcançar frequência de, no mínimo, 75% em cada disciplina cursada.

Art. 50. Será desligado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* o discente que se enquadrar em, pelo menos, uma das situações especificadas a seguir:

I – Não obtiver coeficiente de rendimento mínimo definido no Regimento Interno do PPGPSDR.

II – Obtiver 02 (dois) conceitos R em qualquer disciplina da Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

III – Não completar todos os requisitos exigidos pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*;

IV – A pedido do discente, devidamente justificado e com ciência do orientador.

§1º Caso o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* não estabeleça o coeficiente mínimo de rendimento ele será equivalente a 1,0 (um);

§2º O orientador poderá submeter pedido motivado de desligamento do discente à apreciação do Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, sendo resguardado ao discente o direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 51. Poderá ser admitida a matrícula de alunos transferidos de outros PPGPSDR, preferencialmente de Universidades públicas, credenciados, desde que existam vagas.

§ 1º A transferência será requerida junto à Coordenação do Programa e será apreciada pelo Colegiado, que se manifestará pelo deferimento ou não do pedido.

§ 2º No caso de ser concedido aproveitamento de estudos a alunos transferidos, as dispensas deverão obedecer observando os prazos e calendário do Programa e as disposições deste Regimento.

Art. 52. A matrícula no curso de PPGPSDR *stricto sensu* tem duração normal de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º Além de cumprir a carga horária mínima e os demais requisitos curriculares suplementares exigidos, o estudante deve ter sua Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora dentro dos prazos estabelecidos no *caput* deste artigo.

§ 2º O estudante poderá solicitar à Coordenação, que encaminhará ao Colegiado do Programa para análise, a prorrogação dos prazos referidos no *caput* deste artigo, de até seis meses.

TÍTULO VI DA ESTRUTURA ACADÊMICA

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 53. A estrutura acadêmica do PPGPSDR *Stricto Sensu* é constituída por disciplinas, distribuídas conforme a classificação em:

I – Disciplinas obrigatórias, aquelas vinculadas diretamente à área de concentração do curso;

II – Disciplinas não obrigatórias, aquelas ofertadas pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* e que não se vinculam diretamente à área de concentração;

III – Disciplinas de domínio conexo, aquelas que permitem ampliar a formação e propiciar a integração do conhecimento teórico com outras linhas de pesquisa relacionadas ao objeto de estudo e que estão vinculadas a outros Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Art. 54. O currículo do curso de PPGPSDR *stricto sensu* abrange disciplinas obrigatórias, disciplinas não obrigatórias, disciplinas de domínio conexo e requisitos curriculares suplementares, organizadas da seguinte forma:

I – Três disciplinas Obrigatórias;

II – Seminário de Pesquisa;

III – Três disciplinas não obrigatórias;

IV – Disciplinas de domínio conexo;

IV – Exame de qualificação;

V – Orientação de Dissertação.

Art. 55. O número mínimo de créditos exigidos no PPGPSDR é 36 (trinta e seis), sendo 24 (vinte e quatro) deles cursados em disciplinas teóricas, 04 (quatro) em atividades planejadas e 08 (oito) obtidos com a defesa da dissertação.

§ 1º Os estudantes bolsistas estarão obrigados a cumprir o Estágio Docência como parte das atividades planejadas.

§ 2º Será exigido, no mínimo, o curso da disciplina Estágio em Docência em um período letivo, devendo a carga horária máxima do estágio docência ser de 4 horas semanais.

CAPÍTULO II DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

Art. 56. Considerar-se-á aproveitamento de créditos:

I – A equivalência de disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente com as disciplinas da Estrutura Acadêmica do Programa;

II – A aceitação de créditos relativos a disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, mas que não fazem parte da estrutura curricular do Programa.

§1º Entende-se por disciplina já cursada aquela ofertada por Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecido pela Capes, na qual o discente se matriculou-se e obteve aprovação.

§2º Serão, obrigatoriamente, registrados no histórico acadêmico a sigla do Programa e da IES, se for o caso, nos quais o discente cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento, sendo os créditos da(s) mesma(s) considerados no cômputo do coeficiente de rendimento do discente.

§3º Os critérios para análise dos requerimentos de aproveitamento de créditos, bem como, o número máximo de créditos passíveis de serem aproveitados, serão definidos pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em seu Regimento Interno.

Art. 57. Quando do aproveitamento de créditos, serão observadas as normas, contagem de crédito e atribuição de conceito que vigorarem para as disciplinas ofertadas pelo Programs de Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFVJM.

Art. 58. Poderão ser aproveitados créditos de disciplinas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, cursadas na UFVJM ou em outras IES, por meio de equivalência ou não, desde que aprovadas pelo orientador, com subseqüente aprovação do Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

§1º Será permitido o aproveitamento de créditos em disciplinas cursadas na UFVJM ou em outras IES consideradas equivalentes às da área de concentração ou do domínio conexo, quando observada compatibilidade mínima de 75% da carga horária e do conteúdo programático.

§2º Será permitido o aproveitamento de créditos em disciplinas cursadas na UFVJM ou em outras IES, quando o conteúdo programático da mesma for considerado adequado à linha de pesquisa de desenvolvimento do projeto de pesquisa do discente.

CAPÍTULO III DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 59. O projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo discente deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e registrado junto à Diretoria de Pesquisa (DIRPE) da PRPPG.

Parágrafo Único: O registro do projeto de pesquisa deverá ocorrer, no máximo, até a renovação de matrícula para o terceiro semestre do curso de mestrado, ou a critério do programa, desde que estabelecido em Regimento Interno

TÍTULO VII DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 60. Os mestrandos prestarão Exame de Qualificação a partir do 12º e até o 20º mês da realização da matrícula no Programa, e após a conclusão dos créditos em disciplinas obrigatórias, sendo avaliados por uma Banca de Exame de Qualificação, indicada pelo orientador e aprovada em reunião ordinária do Colegiado do Programa.

Art. 61. A Banca de Exame de Qualificação será composta por, no mínimo, três membros e um suplente.

§1º A banca do Exame de Qualificação será presidida pelo orientador e na sua ausência, o Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* designará novo presidente.

§2º O discente reprovado poderá se submeter a um segundo Exame de Qualificação, dentro do prazo estipulado pela banca de Exame da Qualificação ou pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, sendo que este prazo não poderá ultrapassar seis meses da realização do primeiro.

Art. 62. O Exame de Qualificação terá por finalidade:

I – Avaliar o grau de desenvolvimento da pesquisa realizada pelo estudante, relativa à sua dissertação;

II – Servir como contribuição para a continuidade da dissertação.

Art. 63. Para poder submeter-se ao Exame de Qualificação, o aluno deverá entregar à Coordenação do Programa:

I – Um documento escrito relativo à sua dissertação contendo: a) O projeto de pesquisa completo, segundo as normas da ABNT em vigor e/ou; b) Pelo menos um capítulo completo; c) Projeção dos demais capítulos, constando temática, objetivos, método e demais informações relevantes para a etapa da pesquisa e conclusão da dissertação;

II – Pedido assinado pelo orientador para a realização do exame mencionado.

Art. 64. O Exame de Qualificação deverá ocorrer num prazo mínimo de 30 dias e máximo de 60 dias após o pedido correspondente feito na secretaria do Programa.

TÍTULO VIII DA DISSERTAÇÃO

CAPÍTULO 1 DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 65. Todo discente regularmente matriculado neste curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* deverá submeter o trabalho de conclusão do curso perante Banca Examinadora.

§1º A Dissertação deverá ser redigida conforme as normas institucionais da UFVJM disponíveis no sítio da PRPPG e no sítio da Biblioteca.

§2º A capa e contracapa do Trabalho de Conclusão deverá ser em papel couchê, gramatura 210 a 240 gramas por metro quadrado, conforme modelo disponível no site da PRPPG.

Art. 66. A dissertação deverá basear-se em trabalho de pesquisa que represente contribuição ao conhecimento científico do tema.

§1º A critério do Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, mediante solicitação formal apresentada pelo discente e com anuência de seu orientador, poderá ocorrer a elaboração e apresentação da dissertação em idioma estrangeiro.

§2º A dissertação redigida em idioma estrangeiro deverá incluir, ao início do volume, resumo em língua vernácula, que evidencie os objetivos da obra, os métodos utilizados no seu desenvolvimento, o núcleo da mesma e as conclusões obtidas, destacando o que é apresentado em cada capítulo redigido.

Art. 67. Para submeter-se à defesa final da dissertação, além de ter integralizado os créditos em disciplinas, conforme esta Resolução e Regimento Interno do respectivo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, o discente deverá ter sido aprovado em Exame de Qualificação.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 68. Caberá ao orientador, de comum acordo com a Coordenação do Programa e do Mestrando, a indicação dos componentes da Comissão Examinadora e seus suplentes.

§ 1º A Comissão Examinadora de que trata o *caput* deste artigo terá (três) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes, sendo 1 (um) deles externo ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, todos portadores do título de Doutor ou equivalente.

§ 2º Integrarão a Comissão Examinadora: o orientador, outro professor do Programa e um membro externo ao Programa, aprovados em reunião ordinária do Colegiado do Programa.

§ 3º Os dois membros suplentes da Comissão Examinadora, sendo um interno e outro externo, cobrirão eventuais faltas dos titulares, com a exceção do orientador que não poderá ser substituído.

§ 4º A sessão de defesa da dissertação será pública e presidida pelo orientador do candidato ao título de Mestre.

CAPÍTULO III DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO OU DA TESE

Art. 69. O orientador fixará a data da defesa, que deverá ocorrer num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação dos nomes que comporão a Comissão Examinadora.

§ 1º A Coordenação do Programa confirmará a data da defesa aos integrantes da Comissão Examinadora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e providenciará a remessa da dissertação, juntamente com o candidato ao título de mestre.

§ 2º Em casos excepcionais os prazos acima estabelecidos poderão ser redefinidos pelo Colegiado do Programa.

§ 3º As informações sobre as defesas das Dissertações deverão ser publicizadas com antecedência de sete dias.

Art. 70. A apresentação inicial da dissertação terá duração de 30 (trinta) a 40 (quarenta) minutos, e consistirá em uma exposição oral do trabalho por parte do candidato.

Art. 71. A defesa da dissertação será pública e os integrantes da Comissão Examinadora arguirão o candidato e após a exposição, cada um deles dispondo para tanto de até de 30 (trinta) minutos, sendo o orientador o último a arguir.

Parágrafo Único: O candidato disporá de até 30 (trinta) minutos para responder a cada um dos examinadores.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Art. 72. O julgamento da defesa da dissertação, realizado em sessão pública logo após as arguições e respectivas respostas do candidato, será expresso pelos examinadores os quais definirão pela aprovação ou reprovação da Dissertação.

Parágrafo Único: Será lavrada ata referente ao processo de avaliação realizado pela Comissão Avaliadora, que deverá constar todas as informações sobre o trabalho apresentado, banca

examinadora, a nota final obtida e eventuais observações, que deverá ser encaminhada para a Coordenação do Programa para os devidos encaminhamentos.

Art. 73. O candidato terá o prazo de 90 (noventa) dias para atender as observações da Banca Examinadora e encaminhar a versão final da dissertação para a Coordenação do Programa.

Parágrafo Único: O orientador deverá avaliar se as exigências constantes na ata da defesa foram atendidas na nova versão da dissertação e uma vez atendidas tais exigências, aprovará o encaminhamento do trabalho final à Coordenação do Programa para as providências cabíveis.

Art. 74. Em caso de reprovação na defesa da dissertação, a Comissão Examinadora deverá explicitar na ata correspondente, as razões da reprovação do candidato sendo o mesmo desligado do Programa.

TÍTULO IX DA CONCESSÃO DE GRAU

Art. 75. O Título de Mestre em Política Social e Desenvolvimento Regional será outorgado pelo PPGSS ao aluno que:

I – Cumprir satisfatoriamente a carga horária mínima exigida no PPGPSDR;

II – For aprovado nos Atos Acadêmicos correspondentes aos requisitos curriculares suplementares do PPGPSDR;

III – Ter sido aprovado em Exame de Qualificação, conforme determinado na Resolução 17/2018 do CONSEPE e neste Regimento Interno.

IV – Tiver respeitado as diretrizes e prazos estabelecidos neste Regimento e demais da UFVJM;

V – Entregar a versão final da Dissertação à Secretaria Acadêmica do PPGPSDR, em até 90 (noventa) dias após a Defesa de Dissertação, nos termos da legislação em vigor na UFVJM.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 76. A inscrição em disciplinas isoladas deverá ser solicitada à Coordenação do Programa que realizará os encaminhamentos em conformidade com o Colegiado do Programa.

Art. 77. As alterações deste Regulamento serão feitas mediante proposta do Colegiado do Programa.

Art. 78. Caberá ao Colegiado do Programa pronunciar-se sobre os casos omissos que não estejam esclarecidos neste Regimento.

Art. 79. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Colegiado do PPGPSDR, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e, ou Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 80. Este Regimento e suas alterações entram em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Programa e órgãos superiores competentes.

Teófilo Otoni, 19 de janeiro de 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DECLARAÇÃO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAE, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Econômicas

O **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (DECE)**, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS (FACSAE), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), Prof. Dr. André Moulin Dardengo, SIAPE nº 1009047, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, que versa sobre a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR), vem por meio desta declaração manifestar-se favorável à criação do referido programa de pós-graduação.

Adicionalmente, declaro a anuência da Chefia do Departamento de Ciências Econômicas para a participação dos seguintes professores, lotados no DECE, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR): Prof. Dr. André Moulin Dardengo, SIAPE nº 1009047; Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Rodrigues, SIAPE nº 1647405; Prof. Dr. Fernando Leitão Rocha Junior, SIAPE nº 1716991; Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini, SIAPE nº 1574399; Profa. Dra. Vanessa Follmann Jurgenfeld, SIAPE nº 2249281.

ANDRÉ MOULIN DARDENGO

Chefe do Departamento de Ciências Econômicas (DECE)



Documento assinado eletronicamente por **Andre Moulin Dardengo, Chefe de Departamento**, em 14/02/2022, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0604849** e o código CRC **9BFE4E71**.

Referência: Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0604849

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAE, Ricardo Silvestre da Silva, Divisão de Gestão Acadêmica

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, ENCAMINHA o processo em epígrafe à Diretoria de Pós-Graduação para análise com fulcro nos normativos vinculantes (UFVJM e CAPES) e emissão de parecer em caráter de urgência.

THIAGO FONSECA SILVA



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fonseca Silva, Pro-Reitor(a)**, em 14/02/2022, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0605189** e o código CRC **BE0C0596**.

Referência: Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0605189



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Diretoria de Pós-Graduação

Divisão de Gestão Acadêmica

OFÍCIO Nº 13/2022/DGA/DIRPOS/PRPPG

Diamantina, 14 de fevereiro de 2022.

A Sua Senhoria, o Senhor

THIAGO FONSECA SILVA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba

CEP: 39100-000 - Diamantina/MG

Assunto: Análise da APCN - POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Senhor Pró-Reitor,

Cumprimentando-o cordialmente e reportando-nos ao Despacho 0605189, exarado nos autos do Processo SEI nº 23086.001447/2022-12, apresentamos relatório.

1. Trata-se de proposta de criação do curso de mestrado acadêmico em Política Social e Desenvolvimento Regional, vinculada à Área 32: Serviço Social de avaliação CAPES, cujo processo encontra-se instruído, até esse momento, com os seguintes documentos: Proposta de Criação de Curso; Proposta de Regimento Interno; Declaração do Departamento de Ciências Econômicas, que se manifesta favorável à proposta e dá anuência à participação dos docentes desse departamento nas atividades do programa; Declaração do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, que dá ciência à proposta, mostrando-se favorável à mesma, sem, contudo,

apresentar anuência à participação dos docentes nas atividades acadêmicas do curso proposto; e, Ofício da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, mostrando-se favorável à proposta, sem, contudo, apresentar informações relacionadas às condições administrativas necessárias ao funcionamento do curso, o que inclui destinação de profissional à secretaria do curso, bem assim, destinação de espaço físico para o funcionamento da coordenação e da secretaria do curso.

2. No que tange a caracterização da proposta:

2.1. Percebe-se que a “contextualização institucional e regional da proposta” indica de maneira superficial a natureza e as especificidades do conhecimento científico a que o programa se propõe a produzir, uma vez que foi dada grande ênfase em dados gerais, regionais e institucionais, sem a vinculação expressa do programa na produção de conhecimento que possa contribuir com tal cenário.

2.2. Com relação à “política de autoavaliação”, recomenda-se que sejam apresentados os procedimentos, indicadores e periodicidade da autoavaliação, com fins a subsidiar a melhoria quantitativa do desempenho docente e, conseqüentemente do programa, sem perder de vista um planejamento estratégico visando as avaliações CAPES.

2.3. O processo seletivo proposto apresenta-se constituído por 05 etapas seletivas, quais sejam, proficiência em língua estrangeira, análise do currículo do candidato, entrevista, prova escrita e a submissão de um projeto de pesquisa. Há que se destacar que a realização das etapas seletivas tal qual proposto exige um prazo extenso de realização das mesmas, uma vez que há especificidades de cada tipo de etapa, classificatória e eliminatória, que devem ser cumpridas e previstas na APCN. Destaca-se, ainda, que a forma apresentada destoa dos procedimentos operacionais adotados atualmente pela PRPPG para a condução dos processos seletivos, o que poderá comprometer a sua execução.

2.4. A proposta apresenta a disciplina “Orientação de Dissertação”, cuja creditação será equivalente a 16 créditos. Estima-se que esse quantitativo de créditos é excessivo e poderá acarretar distorções no cômputo dos encargos docentes.

2.5. Com relação às disciplinas, sugere-se a distribuição dos créditos pelas categorias de disciplinas, obrigatórias e optativas. Há que se observar, ainda, a atualidade e pertinência das ementas propostas e da bibliografia recomendada.

2.6. Sugere-se revisão da bibliografia apresentada de forma a ratificação do cumprimento dos documentos da Área CAPES (“A bibliografia indicada deve incluir, no mínimo, 20% de artigos publicados em periódicos qualificados pela área em relação ao total das referências indicadas na proposta.”).

2.7. No que tange infraestrutura que estará disponível para o programa de pós-graduação proposto, será necessária a indicação do espaço físico, mobiliários e equipamentos que serão destinados às atividades administrativas do curso, coordenação e secretaria, bem como o servidor que auxiliará a coordenação no desenvolvimento das atividades administrativas da coordenação do programa, do colegiado do curso e das comissões internas, incluindo a comissão de bolsas. Destaca-se que tais indicações deverão ser repassadas pela Unidade Acadêmica a que o programa estará vinculado, conforme inciso VII, do parágrafo 1º, do art. 27 da Resolução UFVJM/CONSEPE nº 17/2018. Considere, ainda indicar, a infraestrutura da PRPPG, quantos aos laboratórios multusuários, especialmente no Campus do Mucuri o Núcleo Integrado de Pesquisa e Pós-Graduação - NIPE.

2.8. Com relação ao perfil do egresso, sugere-se que sejam melhor e mais evidenciadas as possibilidades de aplicação dos conhecimentos e da formação resultantes do curso e os impactos sociais dos mesmos.

2.9. Deve-se demonstrar o comprometimento da UFVJM com a formulação de um projeto articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.10 Deve-se destacar a política de apoio institucional de bolsas de pós-graduação, especialmente no tocante às bolsas de mestrado institucionais e aquelas oriundas de convênios com a CAPES e FAPEMIG, que fomentam bolsas na instituição como forma de manutenção dos discentes para a dedicação às atividades de pós-graduação.

2.11 Deve informar e contextualizar os Programas da PRPPG de Apoio à Pós-Graduação, Programa de Apoio à Publicação de Textos Científicos (**PAP**) e Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos (PROAPP), como política institucional de apoio à pesquisa e à pós-graduação.

2.12. Deve-se informar o Programa de Bolsas de Iniciação Científica, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e também com recursos próprios da UFVJM, que tem como objetivo qualificar discentes para ingresso nos programas de pós-graduação, inclusive para o curso aqui proposto.

3. Com relação aos termos do §1º, do art. 27 da Resolução UFVJM/CONSEPE nº17/2018, sugere-se revisão dos seguintes itens:

"III - relação completa dos docentes, discriminando os permanentes, visitantes e colaboradores, e suas atribuições no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, bem como os critérios para credenciamento, reconhecimento e descredenciamento de docentes;"

Atende parcialmente. (1) O corpo docente é composto por 19 docentes permanentes pertencentes ao quadro funcional da UFVJM, todos com titulação em nível de doutorado. No entanto, não foi apresentado na proposta a anuência do departamento de lotação de parte dos docentes. (2) Não foram apresentados os critérios, procedimentos e periodicidade para credenciamento, reconhecimento e descredenciamento de docentes ao programa.

"VI - data prevista de início do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu e dos cursos a serem ministrados em caso de aprovação;"

Não atende. Não foi identificada a informação referente.

VII - declaração de que a Unidade Acadêmica ao qual o Programa de Pós-graduação Stricto Sensu ficará vinculado dará todo o apoio de secretaria e de recursos humanos necessários ao funcionamento do futuro Programa de Pós-graduação Stricto Sensu.

Não atende. Não foi identificado documento exarado pela Unidade Acadêmica à qual o programa de pós-graduação, ora proposto, estará vinculado como atividade de ensino e pesquisa, conforme disposto no art. 35 do Regimento Geral da UFVJM. Há que se destacar que consta dos autos do processo, declaração do Departamento de

Ciências Econômicas que dá acordo à proposta e anuência para a participação do docentes vinculados a esse departamento nas atividades acadêmicas do programa.

Sendo isso o que nos cumpre nesse momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Crislaine da Silva Borges Rocha, Chefe de Divisão**, em 23/02/2022, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Santos Monteiro, Diretor(a)**, em 23/02/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0605425** e o código CRC **AA230315**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0605425

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DECLARAÇÃO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Econômicas

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (DCHS), DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS (FACSAB), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), Profa. Dra. Vanessa Juliana da Silva, SIAPE nº 1505232, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, que versa sobre a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR), vem por meio desta declaração manifestar-se ciente e favorável à criação do referido programa de pós-graduação, conforme deliberação do colegiado departamental.

Profa. Dra. Vanessa Juliana da Silva

Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Juliana da Silva, Chefe de Departamento**, em 14/02/2022, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0605477** e o código CRC **8AB6F1CA**.



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB
OFÍCIO Nº 28/2022/DIRFACSAB/FACSAB

Teófilo Otoni, 14 de fevereiro de 2022.

Ao Senhor
Ricardo Silvestre da Silva
COORDENAÇÃO DO PPGPSDR
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo
CEP: 39803-371 - Teófilo Otoni/MG

Assunto: Informa deliberação da Congregação FACSAB

Prezado Senhor,

Em atenção à solicitação contida no OFÍCIO Nº 2/2022/PPGPSDR, informo que a Congregação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAB), em reunião ordinária realizada no dia 27/01/2022, sendo a sua 163ª sessão, ao analisar os documentos relacionados, manifestou-se de modo FAVORÁVEL à proposta de criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR).

Atenciosamente,

WEDERSON MARCOS ALVES
Diretor da FACSAB
UFVJM - *Campus* do Mucuri



Documento assinado eletronicamente por **Wederson Marcos Alves, Diretor(a)**, em 14/02/2022, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0605770** e o código CRC **2D230A07**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
23086.001447/2022-12

SEI nº 0605770

Rua do Cruzeiro, nº 01 - Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371

Data de Envio:

23/02/2022 16:42:58

De:

UFVJM/Ricardo Silvestre da Silva <ricardosmsg@ufvjm.edu.br>

Para:

dchs@ufvjm.edu.br
direcao.facsae@gmail.com

Assunto:

Proposta de Pós- Graduação

Mensagem:

Prezado Professor Wederson,

Prezada Professora Vanessa,

Em relação ao processo SEI 23086.001447/2022-12, solicito que em atendimento ao Ofício 13 (0605425), complemente as informações, particularmente em relação aos itens 1 e 2.7, que versa sobre as condições administrativas para funcionamento do curso e anuência dos docentes do departamento participarem da proposta.

Att.

Ricardo Silvestre da Silva

Anexos:

Oficio_0605425.html

Data de Envio:

23/02/2022 16:55:10

De:

UFVJM/Ricardo Silvestre da Silva <ricardosmsg@ufvjm.edu.br>

Para:

pro_reitor_prppg@ufvjm.edu.br

dirpos@ufvjm.edu.br

Assunto:

Proposta de APCN

Mensagem:

Prezado Pró-Reitor,

Prezada Diretora de Pós-Graduação,

Considerando o Ofício 13 (0605425) do processo SEI 23086.001447/2022-12,, informo que a relação e informações sobre os docentes foram inseridas na plataforma sucupira, bem como a previsão de início do programa que é 01/03/2023. Contudo estas informações podem ser inseridas no documento 0604828, caso seja indicado.

Sobre as outras considerações, aguardo orientações sobre como proceder.

Att.

Ricardo Silvestre da Silva.

Anexos:

Oficio_0605425.html



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB
OFÍCIO Nº 39/2022/DIRFACSAB/FACSAB

Teófilo Otoni, 23 de Fevereiro de 2022.

Ao Senhor

THIAGO FONSECA SILVA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG/UFVJM

Assunto: Encaminha informações complementares.

Prezado Senhor,

De forma a complementar as informações prestadas no Ofício 28/2022/DIRFACSAB/FACSAB (0605770), e considerando as observações apontadas no Ofício 13/2022/DGA/DIRPOS/PRPPG (0605425), venho respeitosamente por meio deste informar que a Unidade Acadêmica FACSAB já possui um espaço físico destinado às atividades administrativas da pós-graduação, local onde poderá funcionar a secretaria e coordenação do curso. Informo ainda, que a secretaria já conta com um servidor técnico administrativo para atender as demandas desse futuro programa, para o melhor desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dentro do Programa.

Fico a disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

WEDERSON MARCOS ALVES

Diretor da FACSAB



Documento assinado eletronicamente por **Wederson Marcos Alves, Diretor(a)**, em 23/02/2022, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0619733** e o código CRC **AFFC19E0**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DECLARAÇÃO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAAE, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Econômicas

O **VICE-DIRETOR**, DA FACULDADE DE MEDICINA DO MUCURI, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), Prof. Dr. Patrick Wander Endlich, SIAPE nº 1538828, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, que versa sobre a criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR), vem por meio desta declaração manifestar-se favorável à participação do Professor João Victor Leite Dias (SIAPE: 4698664), lotados na FAMMUC, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR).

PATRICK WANDER ENDLICH

Vice-Diretor
FAMMUC/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Wander Endlich, Vice-Diretor(a)**, em 23/02/2022, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0619752** e o código CRC **6CE57C6D**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e com vistas ao ofício Nº 13/2022/DGA/DIRPOS/PRPPG, SEI! 0605425, e os documentos vinculantes ao processo em epígrafe apensados até a data de 23/02/2022, ENCAMINHA ao egrégio Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação para análise e deliberação sobre a criação do curso de mestrado acadêmico em Política Social e Desenvolvimento Regional vinculado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas.

THIAGO FONSECA SILVA



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fonseca Silva, Pro-Reitor(a)**, em 24/02/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0620246** e o código CRC **2423D0B8**.

Referência: Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0620246

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Econômicas, Direção FAMMUC, ICET - Direção do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIA, ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do processo em epígrafe, que versa sobre a criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR), manifesta-se favorável à participação dos docentes do ICET, Marcos Fábio Cardoso de Faria e Valéria Cristina da Costa no programa supracitado.

JAIRO LISBOA RODRIGUES
Diretor do ICET



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Lisboa Rodrigues, Diretor(a)**, em 24/02/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0620377** e o código CRC **A629AB79**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DECLARAÇÃO

Processo nº 23086.001447/2022-12

Interessado: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Diretoria de Pós-Graduação, Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAAE, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Econômicas, Direção FAMMUC, ICET - Direção do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (DCHS), DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS (FACSAAE), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM), Profa. Dra. Vanessa Juliana da Silva, SIAPE nº 1505232, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, que versa sobre a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR), vem por meio desta declaração manifestar-se ciente e favorável à criação do referido programa de pós-graduação, conforme deliberação do colegiado departamental.

Outrossim, declarar anuência da participação dos docentes Andréa Kelmer de Barros (1613786), Ciro Andrade da Silva (1634146), Diogo Prado Evangelista (1748043), Fábio Fraga dos Santos (2256805), Fran Alavina (1015926), José Carlos Freire (1851520), Márcio Achtschin Santos (1074279), Mônica Paulino de Lanes (2111820), Raquel Cristina Lucas Mota (1574713), Ricardo Silvestre da Silva (3552667) e Vanessa Juliana da Silva (1505232), ambos lotados no Departamento de Ciências Humanas e Sociais, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR).

Profa. Dra. Vanessa Juliana da Silva

Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Juliana da Silva, Chefe de Departamento**, em 03/03/2022, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0626168** e o código CRC **36BC0D77**.

Referência: Processo nº 23086.001447/2022-12

SEI nº 0626168

